

Cláudio Miguel Almeida Coelho

Empreendedorismo: Os Setores Emergentes na Criação do Próprio Emprego

Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão

Julho de 2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Cláudio Miguel Almeida Coelho

Empreendedorismo: Os Setores Emergentes na Criação do Próprio Emprego

Relatório de Estágio de Mestrado em Gestão,
apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para
obtenção do grau de Mestre

Entidade de Acolhimento: Instituto do Emprego e Formação Profissional,
Delegação Regional do Centro

Supervisor profissional: Doutor José Ambrósio
Orientador académico: Professor Doutor Pedro Godinho
Período de Estágio: 1 de fevereiro a 6 de junho de 2016

Coimbra, 2016

Agradecimentos

Este relatório finda o meu percurso académico. Cinco anos de experiências gratificantes que me fizeram crescer, principalmente como pessoa. Ao longo deste período contei ininterruptamente com o apoio incondicional de algumas pessoas, que sempre me prestaram auxílio e motivação constantes. É agora o momento indicado para lhes agradecer esse contributo, pois sem eles as dificuldades e obstáculos ter-se-iam revelado muito superiores.

Aos meus pais e à minha irmã, que são os pilares da minha vida. Talvez sejam poucas as palavras para descrever e representar a imensa gratidão que tenho para com eles. São eles que sempre acreditaram no meu valor, incentivando e aconselhando nas mais variadas situações.

Aos amigos que fiz durante a licenciatura e mestrado, assim como aos que já contam muitos e muitos anos de amizade, e que sempre se revelaram companheiros ao longo deste tempo, estando sempre disponíveis para tudo, a qualquer momento.

Aos meus colegas de estágio, o André e o Fábio, que tornaram os dias de trabalho mais animados e menos exigentes.

Um especial agradecimento ao Dr. José Ambrósio pelo seu profissionalismo, simpatia, disponibilidade e conhecimento que me transmitiu desde o primeiro dia de estágio.

A todos os colaboradores do IEFP de Coimbra que ao longo deste período mostraram grande disponibilidade e cordialidade, contribuindo e facilitando a minha integração e adaptação no estágio.

Um agradecimento também ao Professor Doutor Pedro Godinho, meu orientador académico, que sempre se mostrou disponível para me prestar auxílio, transmitindo-me sempre conselhos úteis e relevantes para a realização deste relatório.

Por fim, deixo um enorme agradecimento aos meus restantes familiares, colegas e amigos que sempre me têm acompanhado e apoiado.

A todos, um muito obrigado.

Resumo

No âmbito do Mestrado em Gestão foi-me concedida a possibilidade de realizar o meu estágio curricular no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, IP), Delegação Regional do Centro, em Coimbra, com data de início no dia 1 de fevereiro e data de termino a 6 de junho de 2016. O estágio realizado teve como atividade principal a análise e a elaboração de pareceres de candidaturas e projetos de negócio para a criação do próprio emprego, no âmbito do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego (PAECPE).

Os objetivos deste relatório passam pela identificação de um certo conjunto de características dos promotores, das empresas a constituir, das localizações geográficas e dos setores mais emergentes. Além destas, complementei este estudo com o cruzamento de algumas variáveis adicionais. De modo a ser possível alcançar estes objetivos, utilizei para este estudo dados estatístico de todos os processos recebidos e analisados pelo IEFP, IP, Delegação Regional do Centro, cuja data de candidatura para a criação do próprio emprego tenha ocorrido entre o dia 1 de janeiro de 2015 e 30 de abril de 2016 (período temporal de 16 meses). Neste período de tempo, foi definido uma amostra com 725 processos que serviram de base para esta investigação.

A escolha do tema deste relatório – Empreendedorismo: Análise dos Setores Emergentes na Criação do Próprio Emprego – teve como origem a curiosidade e a necessidade na identificação de quais são as características mais frequentes dos promotores e respetivos negócios, bem como na identificação de quais são os setores com maior propensão ao empreendedorismo (emergentes).

A partir destes dados, pretendo retirar algumas conclusões acerca dos setores que são alvo de maior empreendimento, bem como o conjunto de características dos promotores a si inerentes e a localização dos seus projetos de empreendedorismo. Relativamente à idade por exemplo, os resultados mostram que quase a totalidade dos promotores concorre ao Programa de Criação do Próprio Emprego depois de adquirir largos anos de experiência de trabalho, existindo por isso uma percentagem diminuta de promotores com menos de 24 anos.

Palavras-chave: Empreendedorismo; PAECPE; Setores de Atividade Emergentes; Classificação das Atividades Económicas (CAE).

Abstract

In the context of the Masters Degree in Management, I was granted the possibility of doing my curricular internship in the Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, IP), Delegação Regional do Centro, in Coimbra. Its initial date was February 1st and the ending date was June 6th, 2016. The internship had as main activity the analysis and preparation of reports concerning business projects for the creation of own jobs, in the context of Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego (PAECPE).

The aims of this report are the identification of several characteristics of the promoters and companies to be created, as well as their geographic localization and the chosen activity sectors. Besides that, this study was complemented by a statistical analysis of the relations between some of these variables. In order to perform this analysis, I used data concerning all the processes received and analyzed by IEFP, IP, Delegação Regional do Centro, whose application date occurred between January 1st of 2015 and April 30th of 2016 (time period of 16 months). In this period, it was defined a sample with 725 processes which was the basis of this investigation.

The choice of this report's subject – Entrepreneurship: Analysis of Emerging Sectors in the Creation of Own Job – had as base the curiosity and the need to identify which were the most common promoters and their business features, as well as the identification of the sectors with highest propensity to entrepreneurship (emerging).

From these data, it was intended to get some conclusions about sectors with the highest entrepreneurship, as well as the set of promoters characteristics and the localization of their entrepreneurial projects. Taking the age of entrepreneurs as an example, the results showed that almost all of the promoters that apply to the Program of the Creation of Own Job, do that after acquiring some years of work experience. This explains the reason why there is a small percentage of promoters with less than 24 years of age.

Keywords: Entrepreneurship; PAECPE; Emerging Activity Sectors; Classification of Economic Activities (CAE).

Lista de Siglas e Abreviaturas

AT- Autoridade Tributária e Aduaneira

BO- Business Objects

CAE – Classificação das Atividades Económicas

CTE – Centro de Emprego

CTEF – Centro de Emprego e Formação Profissional

CPE – Criação do Próprio Emprego

DRC – Delegação Regional do Centro

FEUC – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

FDMO – Fundo de Desenvolvimento da Mão de Obra

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

IAS – Indexante dos Apoios Sociais

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

IEFP, IP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto Público

IFPA – Instituto de Formação Profissional Acelerada

INE – Instituto Nacional de Estatística

MTSS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

NE – Níveis de Emprego

PAECPE – Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego

PEPAC – Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública Central

PME – Pequena e Média Empresa

PREMAC – Plano de Redução e Melhoria da Administração Central

SGC – Sistema de Gestão de Candidaturas

SIEF – Sistema de Informação do Emprego e Formação

SIGAE – Sistema de Informação e Gestão da Área de Emprego

SISS – Sistema de Informação da Segurança Social

SS – Segurança Social

TSU – Taxa Social Única

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Caraterísticas de cada categoria de PME’s	17
Tabela 2 - Os 10 Concelhos com maior número de Processos.....	52
Tabela 3 - Empreendedorismo Per Capita por Distrito	55
Tabela 4 - Tipos de despacho por cada setor	60
Tabela 5 – Distribuição de cada concelho nos Centros de Emprego	74
Tabela 6 - Setor dos Serviços dividido pelos CAE’s e as suas percentagens na amostra	75
Tabela 7 - Setor do Comércio dividido pelo CAE’s e as suas percentagens na amostra	77
Tabela 8 - Seções do CAE	78
Tabela 9 - Empreendedorismo Per Capita por Concelho	80
Tabela 10 – Os 5 Concelhos Mais Empreendedores	83
Tabela 11 - Os 5 Concelhos Menos Empreendedores.....	83
Tabela 12 - Empreendedorismo Per Capita por Distrito*	84

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição por género dos dados recolhidos	42
Gráfico 2 - Distribuição por classes de idades	43
Gráfico 3 - Distribuição por habilitações académicas	44
Gráfico 4 - Distribuição por tipo de despacho.....	45
Gráfico 5 - Distribuição por número de postos de trabalho a criar	45
Gráfico 6 - Distribuição por tipo de natureza jurídica	46
Gráfico 7 - Distribuição por setor	47
Gráfico 8 - Distribuição por Áreas de Atividade	49
Gráfico 9 - Setores emergentes por género	50
Gráfico 10 - Nível de habilitação académica por cada setor	51
Gráfico 11 - Percentagens de projetos recebidos por cada distrito	54
Gráfico 12 - Setores emergentes por distrito.....	57
Gráfico 13 - Distribuição por classes de idades em cada setor	59
Gráfico 14 - Percentagens dos processos inerentes a cada uma das secções do CAE ..	79

Lista de Figuras

Figura 1 - Seis etapas de desenvolvimento das PME's.....	18
Figura 2 - Âmbito Geográfico de cada Delegação Regional	27
Figura 3 - Organograma da Delegação Regional do Centro	29

Índice

Agradecimentos.....	II
Resumo	III
Abstract	IV
Lista de Siglas e Abreviaturas	V
Lista de Tabelas	VII
Lista de Gráficos	VII
Lista de Figuras	VIII
1.Introdução	11
Capítulo I- Revisão da Literatura	13
Seção A- Empreendedorismo	13
Seção B- Microempresas	16
Seção C- Setores.....	22
Capítulo II- Estágio.....	24
Seção A- Apresentação da Entidade de Acolhimento	24
A.I- A Origem do IEFP e a Atualidade	24
A.II- Missão, Visão, Objetivos Estratégicos e Atribuições	25
A.III- Distribuição Geográfica e Estrutura Organizacional.....	27
A.IV- Delegação Regional do Centro	28
Seção B- Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE).....	31
Seção C- Objetivos	33
Seção D- Tarefas Desenvolvidas	34
D.I- Análise de candidaturas ao PAECPE	34
D.II- Análise de candidaturas ao Programa Investe Jovem.....	36

D.III- Atualização de Níveis de Emprego	36
Seção E- Análise Crítica	37
Capítulo III- Estudo sobre os Setores Emergentes na Criação do Próprio Emprego.....	40
Seção A- Objetivos do Estudo	40
Seção B- Metodologia Utilizada	41
Seção C- Apresentação dos Resultados	42
Seção D- Análise e Interpretação dos Resultados	61
Capítulo IV- Conclusão.....	68
Lista de Referências Bibliográficas	70
Legislação.....	73
Anexos e apêndices	74
Anexo I- Concelhos abrangidos por cada Centro de Emprego	74
Anexo II- Divisão dos setores dos Serviços e do Comércio.....	75
Anexo III- Seções do CAE e as suas distribuições na amostra	78
Anexo IV- Número de desempregados e de candidaturas por Concelho	80
Anexo V- Número de desempregados e de candidaturas por Distrito	84

1.Introdução

Nos últimos anos o termo “empreendedorismo” tem ganho uma relevância e notoriedade crescente ao nível do contexto empresarial. Aliado ao termo empreendedorismo, a constituição do próprio emprego é vista por muitos como uma alternativa, por outros como uma oportunidade, e ainda vista por alguns como o concretizar de um sonho: gerir o seu próprio negócio. O que se torna certo é que, para todos estas circunstâncias, a constituição do próprio emprego torna-se num verdadeiro desafio.

Grande parte do surgimento de novas empresas deve-se particularmente aos incentivos provenientes dos Fundos Comunitários Europeus e Nacionais para a constituição do próprio emprego. Entre os diversos programas existentes destinados ao apoio na criação de novas empresas, destaca-se o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego (PAECPE). Este Programa dá a possibilidade do recebimento antecipado das prestações do subsídio de desemprego ao promotor, para que este mesmo montante seja utilizado nos gastos inerentes à constituição do novo negócio (por exemplo na aquisição de equipamentos, em remodelações das infraestruturas, na elaboração do plano de negócios, etc.).

A elaboração deste relatório consiste num processo de pesquisa e análise de vários projetos de criação do próprio emprego. Através desta investigação, os objetivos deste relatório passam por identificar as características mais comuns dos seus promotores, as suas localizações bem como as suas áreas de negócio. A finalidade deste estudo passa ainda por oferecer uma perspetiva de quais são os setores emergentes na criação do próprio emprego.

Como base importante para este relatório irei utilizar o Manual da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3, abreviadamente designada por CAE-Rev.3¹, da autoria do Instituto Nacional de Estatística (INE).

¹ A CAE-Rev.3 estabelece o novo quadro das atividades económicas portuguesas, harmonizado com a Nomenclatura Estatística das Atividades Económicas na Comunidade Europeia (NACE- Rev.2), no

De modo a facilitar a leitura e compreensão ao leitor, optei por dividir este relatório em quatro capítulos.

O Capítulo I é referente à Revisão Bibliográfica, onde são explorados e desenvolvidos os conceitos teóricos de Empreendedorismo e os seus vários tipos a si associados. Ao longo deste relatório foco-me mais num tipo de empreendedorismo em específico, o microempreendedorismo, cujo empreendedorismo ocorre nas microempresas, destinado a unidades de negócio de menores dimensões. Ainda no decorrer do Capítulo I, abordo o tema das Microempresas, as várias fases de desenvolvimento destas e, por fim, uma breve menção aos Setores.

O Capítulo II contempla o estágio, onde é efetuada a apresentação da entidade de acolhimento, o IAFP, IP, Delegação Regional do Centro. Adicionalmente, são explorados outros pontos, tais como o PAECPE, os objetivos iniciais do estágio curricular, as tarefas que efetivamente foram desenvolvidas neste, e uma breve análise crítica.

O Estudo Empírico deste relatório está contemplado no Capítulo III, intitulado de “Estudo sobre os Setores Emergentes na Criação do Próprio Emprego”. Neste capítulo estão ainda inseridos os objetivos do estudo, a metodologia utilizada, a apresentação dos resultados e, por fim, a análise e interpretação dos resultados. Como é expectável, este torna-se o Capítulo de maior relevância para o relatório, sendo também o mais extenso ao nível do número de páginas.

Por fim, no Capítulo IV são apresentadas as conclusões do estudo dos Setores Emergentes na Criação do Próprio Emprego.

Os anexos inseridos neste relatório têm o objetivo de aprofundar os resultados da pesquisa efetuada, de modo a clarificar qualquer ponto que tenha ficado menos claro nos capítulos anteriores.

Capítulo I- Revisão da Literatura

Seção A- Empreendedorismo

Decorria o final do século XVII e início do século XVIII quando Richard Cantillon (1734) e Jean Baptiste Say (1803) surgiram pela primeira vez com o conceito de empreendedor.

Contudo foi apenas três séculos mais tarde, na década de 90 do Século XX que o termo “empreendedorismo” começou a ganhar maior notoriedade nos meios de comunicação (sobretudo ao nível da imprensa e debates políticos), deixando de estar restringido apenas ao mundo empresarial. Por esta altura os jornais e as revistas começavam a espelhar um pouco a realidade empresarial que se vivia, dando a conhecer vários casos de sucesso ao nível do empreendedorismo.

O reconhecimento e a importância para esta temática foi então acelerada a partir dos meados de 1990's com o surgimento de algumas políticas de incentivo ao empreendedorismo em diversos países, assim como o reconhecimento da importância e a aposta contínua neste por parte de organizações internacionais, com a finalidade de melhorar o ambiente empresarial (Ahmad & Hoffmann , 2008). O estudo desta área tem sido merecedor de grande interesse por parte das escolas, faculdades e governos, com a finalidade de desenvolver o espírito e o comportamento empreendedor nos indivíduos (Schmidt & Bohnenberger, 2009).

Atualmente o fenómeno empreendedorismo tem-se revelado um instrumento chave e essencial no dinamismo e crescimento económico, sendo determinante não só ao nível da inovação e da produtividade como também na criação de novos postos de trabalho. A nível europeu, o empreendedorismo tem sido alvo de um reconhecimento pela sua relevância na sociedade e economias atuais. Alguns estudos sugerem que existe uma correlação positiva entre o empreendedorismo e o crescimento económico, em particular nos países de rendimento elevado, embora o crescimento do PIB seja influenciado por muitos outros fatores (Comissão Europeia, 2006).

Peter Drucker considerado por muitos como o pai da gestão moderna afirma que “as organizações empreendedoras têm uma cultura empreendedora e são recetivas à inovação e dispostas a ver oportunidades na mudança” (Drucker, 1986).

A definição de empreendedorismo nem sempre se revelou muito consensual na literatura, dado esta depender muito da visão de cada autor, tornando-a assim num termo complexo e diferenciado com o passar dos anos. Certo é que o empreendedorismo é cada vez mais reconhecido como um importante fator de crescimento e desenvolvimento económico (Schumpeter, 1934; Casson, 1982; Audretsch, 2004).

Empreendedorismo é definido amplamente como “o processo pelo qual os indivíduos criam novas empresas” sendo também considerado como um importante contribuidor para a inovação e progresso tecnológico, um condutor de produtividade e, finalmente do crescimento tecnológico (Peroni, Riillo, & Sarracino, 2016).

Coerentemente com esta definição, Dornelas (2004) afirma que empreendedorismo significa fazer algo de novo, de diferente, mudar a situação atual e buscar, de forma incessante, novas oportunidades de negócio, tendo como foco a inovação e a criação de valor.

No relatório do Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2012)² encontramos empreendedorismo definido como sendo “qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou uma nova iniciativa, tal como próprio emprego, uma nova organização empresarial ou a expansão de um negócio existente, por parte de um indivíduo, de uma equipa de indivíduos, ou de negócios estabelecidos” (ISCTE-IUL; SPI Ventures, 2012) .

Kelley, Singer, & Herrington, (2016) defendem que o empreendedorismo é crucial e aplicável a organizações de todos os tipos e tamanhos desde jovens empresas (*start-ups*), como negócios de família e empresas de cariz social, a organizações sólidas e estabelecidas no mercado.

Segundo Ahmad & Hoffmann (2008), o empreendedorismo é o fenómeno associado com a atividade empreendedora, sendo esta toda a ação humana empresarial em busca da criação de valor através da criação ou expansão da atividade económica pela identificação e exploração de novos produtos, processos ou mercados.

² Global Entrepreneurship Monitor (GEM) é o estudo com maior importância no mundo acerca do Empreendedorismo numa parceria que envolve inúmeras Universidades Internacionais.

Numa visão mais geral e simplificada podemos considerar que “empreendedorismo” compreende todas as ações com a finalidade de procurar oportunidades de negócio no mercado, tentando transformá-las em realidade, tendo sempre como objetivo final a criação de valor.

Pode-se considerar que o empreendedorismo encontra-se atualmente dividido em seis grandes grupos (Oliveira, 2014):

- ✓ Empreendedorismo de Base Tecnológica;
- ✓ Intraempreendedorismo;
- ✓ Empreendedorismo Social;
- ✓ Empreendedorismo Cultural;
- ✓ Empreendedorismo Jovem;
- ✓ Microempreendedorismo.

O Empreendedorismo de base tecnológica como o próprio nome indica ocorre em todas as empresas de base tecnológicas nomeadamente relacionadas com a Inovação e Desenvolvimentos (I&D), com a investigação laboratorial assim como todos os projetos de desenvolvimento tecnológico.

Relativamente ao Intraempreendedorismo, este acontece dentro da própria organização e em empresas já existentes. Assim, designa-se por intraempreendedor aquele colaborador que desenvolve uma ideia ou projeto sempre tendo como limites a própria organização onde está a trabalhar. Este tipo de colaboradores são cada vez mais procurados pelas empresas nas suas fases de recrutamento.

O Empreendedorismo Social é transversal a vários campos, desde a preservação do meio ambiente, à abertura face a jovens e à criação de oportunidades para entrar no mercado de trabalho, ao apoio aos mais dependentes (AIRO- Associação Industrial da Região do Oeste, 2012). Em suma, este tipo de empreendedorismo procura soluções inovadoras para os problemas existentes na sociedade.

O Empreendedorismo Cultural refere-se à criação e ao desenvolvimento de atividades culturais e criativas, sendo muito frequente em museus, teatros e orquestras (Correia, 2013).

O Empreendedorismo Jovem corresponde ao tipo de empreendedorismo mais conhecido de entre os seis grandes grupos. Corresponde ao tipo de iniciativa por parte de jovens, com ou sem experiência profissional e pode contar com ajuda governamental e académica. Comumente a ambição, a determinação e a criatividade são características bem presentes nestes indivíduos. Geralmente os jovens que tenham contato com outros empreendedores, em contexto familiar ou no meio que usualmente frequentam, apresentam maior probabilidade de se tornarem também eles empreendedores.

Por fim, o conceito de Microempreendedorismo é o fenómeno de empreendedorismo aplicado a pequenos negócios. Este termo não remete para empreendedores com talentos e capacidades de gestão “micro”, isto é, reduzidas, mas sim para a escala das suas unidades de negócio, as microempresas e os microempreendimentos (Portela *et al.*, 2008).

Seção B- Microempresas

Entende-se por empresa qualquer entidade que, independentemente da sua forma jurídica, exerce uma atividade económica. São, nomeadamente, consideradas como tal as entidades que exercem uma atividade artesanal ou atividades a título individual ou familiar, as sociedades de pessoas ou as associações que exerçam regularmente uma atividade económica. Dentro desta definição existe a categoria das micro, pequenas e médias empresas (PME) (Comissão Europeia, 2003).

Foi a partir da Recomendação 96/280 da Comissão Europeia, de 3 de Abril de 1996, que se tornaram diferenciadas estas três categorias de empresas - as micro, pequenas e médias empresas. Através deste mesmo documento, as médias empresas definiram-se como tendo entre 50 e 250 empregados e um volume de negócios inferior a 40 milhões de euros; as pequenas empresas, entre 10 e 49 empregados e um volume de negócios inferior a 7 milhões de euros; e as microempresas como tendo menos de 10 trabalhadores. Mais tarde, em 6 de Maio de 2003, uma outra Recomendação da Comissão Europeia veio alterar estas definições de micro, pequenas e médias empresas (PME). De seguida na Tabela 1, segue um breve resumo destes três tipos de classificações.

Tabela 1 – Características de cada categoria de PME's

Definição de Micro, Pequenas e Médias Empresas

Designação	Número de Efetivos	Volume de Negócios (Anual)	Balanco Total (Anual)
Média Empresa	< 250 efetivos	< 50 milhões euros	< 43 milhões euros
Pequena Empresa	< 50 efetivos	< 10 milhões euros	< 10 milhões euros
Microempresa	< 10 efetivos	< 2 milhões euros	< 2 milhões euros

Fonte: Adaptado de Recomendação da Comissão 2003/361/CE, de 6 de Maio de 2003

Já nos EUA os conceitos são diferentes destes, tornando assim mais difíceis as comparações. Enquanto as pequenas empresas têm até um máximo de 49 empregados, as médias empresas podem ir até aos 500 empregados (Storey, 2003).

A origem do termo “Microempresa” remonta da década de 60 do século XX, em que especialistas franceses anunciavam uma nova estrutura de gestão - as microempresas - altura em que a América do Norte dominava o mundo dos negócios com as megaempresas. A explicação dada por estes especialistas era bastante simples: as microempresas tinham a particularidade de serem muito mais flexíveis, reagindo mais rapidamente às mudanças e oportunidades dos mercados, de apresentarem melhores índices de produtividade e de rendimento (Cabrita, 2010).

O setor das microempresas tem recebido uma atenção crescente na literatura económica devido ao seu grande impacto na economia. As microempresas variam muito na sua capacidade de crescimento e são caracterizadas por se diferenciarem umas das outras ao nível das estruturas organizacionais e nos estilos de gestão adotados (Churchill & Lewis, 1983).

Sine, Mitsuhashi, & Kirsch, (2006) apud Baron et al., (1999) referem que os próprios empresários fundadores das microempresas constituem uma componente administrativa fundamental nas novas empresas dado o seu tamanho reduzido. Uma outra característica típica destas organizações é que muito raramente possuem gestores intermédios (Mintzberg, 1979; Sine, Mitsuhashi, & Kirsch, 2006). Para além destes

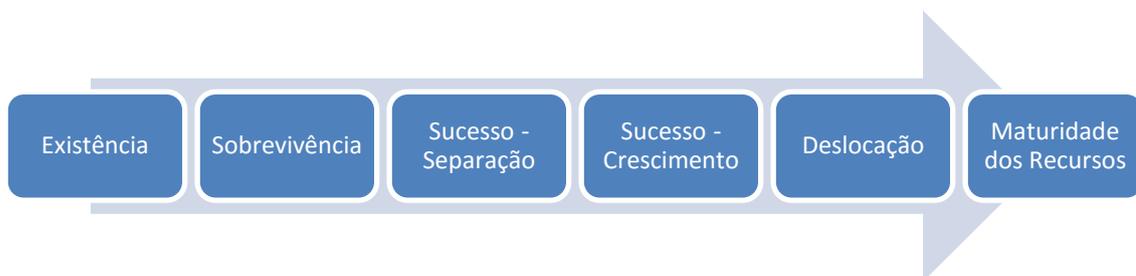
atributos, as empresas recém-criadas têm ainda necessidades estruturais diferentes que as organizações já estabelecidas no mercado (Cameron & Quinn, 1983).

O autoemprego e os trabalhadores por conta própria fazem parte significativa deste grande grupo das microempresas. Por definição, os trabalhadores por conta própria referem-se aos indivíduos que detêm, atuam e gerem um negócio ou profissão sob a sua própria responsabilidade, ao invés de trabalharem por conta de outrem, sendo esta a sua principal ocupação e de onde retiram grande parte dos seus rendimentos (Caliento & Kritikos, 2009).

Usualmente, estes empresários necessitam de ajuda financeira durante o período de estabelecimento do seu negócio por diversas razões: durante esta fase inicial são necessários capitais para fazer face a algum investimento para o negócio. Além disso, estas pessoas necessitam muitas vezes de desenvolver as suas competências e alguns conhecimentos empreendedores devido à sua mudança profissional de desempregados (ou empregados por conta de outrem) para trabalhadores por conta própria (Caliento & Kritikos, 2009).

Churchill e Lewis (1983:30) definiram um conjunto de cinco estados nos quais as microempresas se podem encontrar. A estas cinco etapas foram atribuídos os nomes: Existência, Sobrevivência, Sucesso, Deslocação e Maturidade dos Recursos. A Etapa Sucesso pode, por sua vez, ser fragmentada em duas sub-etapas: Etapa 3-D Sucesso-Separação e a Etapa 3-G Sucesso-Crescimento. Os empreendedores que consigam avaliar as suas empresas identificando em que fase operacional se encontram, podem usar esta estrutura para compreender melhor os problemas com que se deparam frequentemente e antecipar desafios futuros.

Figura 1 – Seis etapas de desenvolvimento das PME's



Fonte: Adaptado de Churchill e Lewis (1983)

De seguida as características mais detalhadas que definem cada uma destas seis etapas:

Etapa 1- Existência

Nesta etapa inicial, os maiores problemas do negócio são ao nível da obtenção de clientes e na entrega do produto (ou serviço) pelo qual foi contratado.

Os sistemas formais e de planeamento são mínimos ou inexistentes. A estratégia da organização nesta fase é simplesmente permanecer em atividade. Nesta fase embrionária o proprietário desempenha todas as tarefas importantes do negócio, sendo também ele o maior fornecedor de capital, orientação e supervisão nos seus colaboradores.

Muitas empresas nesta fase não conquistam a credibilidade suficiente por parte dos seus clientes, tornando-se deste modo inviáveis. Nestes casos os sócios fecham o negócio quando o capital inicial se esgota e, caso tenham sorte, vendem o negócio pelo seu valor patrimonial. Por outro lado as organizações que permanecem em negócio evoluem para a próxima etapa (Etapa 2- Sobrevivência).

Etapa 2- Sobrevivência

Ao chegar a esta etapa, o negócio demonstrou que é trabalhável e viável. Existem clientes suficientes e a organização é capaz de os satisfazer e manter fidelizados.

Relativamente às características da organização, esta detém ainda um número limitado de funcionários. Nenhum destes toma decisões importantes, mas sim desempenham as ordens bem definidas, provenientes do proprietário. A extensão dos sistemas formais é mínima e o proprietário permanece em sintonia total com a organização. O maior objetivo das empresas nesta fase é permanecer ativa no mercado.

Nesta Etapa 2, o negócio deve crescer em tamanho e rentabilidade, indo em direção à Etapa 3- Sucesso. Em alternativa, como muitas empresas fazem, há a possibilidade de permanecer na Etapa 2- Sobrevivência por algum tempo, ganhando retornos marginais no capital e posteriormente desistir do negócio.

Etapa 3- Sucesso

Aqui, as decisões dos proprietários das organizações podem seguir dois rumos: manter a organização estável e com rentabilidade, nunca se expondo muito ao risco ou, alternativamente, expandir ainda mais a organização, na procura de novas realizações empresariais, enfrentando assim maiores cenários de incerteza e de risco. Assim, os autores deste modelo sugerem que se possam constituir duas sub-etapas neste ponto, dependendo da opção tomada pelos seus proprietários. A sub-etapa 3-D Sucesso-Separação que corresponde à vontade dos proprietários da organização começarem novos empreendimentos, não se focando muito em desenvolver o negócio atual, mantendo-o no estado em que este se encontrava previamente (*status quo*). Em alternativa, a sub-etapa 3-G Sucesso-Crescimento corresponde à aposta no crescimento contínuo da organização.

- **Etapa 3-D Sucesso-Separação**

Nesta fase a empresa caracteriza-se por atravessar um momento económico saudável, onde já apresenta uma dimensão razoável e uma presença nos mercados alvo que lhe permite perspetivar um futuro económico de sucesso, com ganhos acima da média de mercado. A empresa pode permanecer nesta fase indefinidamente, certificando-se sempre que as mudanças do ambiente externo não destroem o seu nicho de mercado ou não reduzem as suas capacidades competitivas. Organizacionalmente a empresa cresce muito, o suficiente para, em muitos casos, necessitar de gestores intermédios, assumindo estas determinadas responsabilidades realizadas anteriormente pelos seus proprietários.

Nesta fase muitos proprietários optam por retirar proveitos imediatos. Se a empresa pode continuar a adaptar-se às mudanças ambientais (e perspetivando esta continuação de adaptação) a empresa pode ser alvo de venda ou fusão com um grande lucro para os seus sócios. Por outro lado, se a empresa não pode adaptar-se às mudanças ambientais, a empresa irá retroceder para a Etapa 2, de volta à marginalidade da sobrevivência da empresa.

- **Etapa 3-G Sucesso-Crescimento**

Aqui o proprietário consolida a empresa e tenta potenciar os recursos essenciais ao crescimento. Desta forma, o proprietário investindo o dinheiro disponível e fazendo uso do poder de empréstimo da empresa junto de terceiros, arrisca tudo isto no financiamento do crescimento da organização.

Entre os desafios, destaca-se sobretudo a tentativa de assegurar a permanência da rentabilidade básica do negócio e desenvolver gestores que vão ao encontro das necessidades específicas do crescimento do negócio. Nesta fase o planeamento estratégico é extensivo envolvendo profundamente o proprietário da organização.

Se passar com sucesso esta fase a empresa prossegue para a Etapa IV. Se a empresa nesta Etapa (III-G) se revelar um insucesso, as causas do mesmo podem ser detetadas a tempo a fim de se situar na Etapa III-D. Caso contrário, a empresa deslocar-se-á até à Etapa de Sobrevivência antecipando cenários de bancarrota ou de venda desesperada.

Etapa 4- Saída/Retirada

Ao chegar a esta etapa os problemas chave que se colocam são relativos ao rápido crescimento e ao seu financiamento.

A organização caracteriza-se por ser descentralizada. Os seus gestores chave devem ser muito competentes para lidar com a complexidade do negócio e o seu crescimento, bem como de toda a sua envolvente. Os sistemas, tensos com o crescimento, tornam-se agora mais aperfeiçoados e extensivos. Tanto o planeamento operacional como o estratégico envolvem gestores específicos. O proprietário e a organização têm-se tornado mais independentes, ainda que a empresa permaneça dominada pela presença do proprietário.

Se o proprietário aumentar os desafios de crescimento da empresa, tanto a nível financeiro como de gestão, pode-se tornar num grande negócio. Caso contrário este pode ser vendido, apresentando sempre lucro. Muito frequentemente existem casos em que os negócios provenientes da Etapa de Sucesso (III) não apresentam posteriormente o mesmo sucesso nesta Etapa IV, ou porque os seus proprietários tentam fazer com que o

negócio cresça demasiado rápido e sem capital disponível ou porque são incapazes de delegar responsabilidades de uma forma eficaz aos seus subordinados.

Etapa 5- Maturidade dos Recursos

As maiores preocupações de uma empresa que esteja nesta fase são, em primeiro lugar, consolidar e controlar os retornos financeiros oriundos de um rápido crescimento e, em segundo reter as vantagens competitivas do tamanho reduzido da organização. A organização deve expandir a força de gestão rapidamente o suficiente para eliminar as ineficiências que o crescimento pode produzir.

Uma empresa na Etapa V tem recursos financeiros e *staff* suficiente para se focar em planeamentos operacionais e estratégicos detalhados. A gestão é descentralizada, com um número de *staff* adequado (e com bastante experiência), os sistemas são amplos e bem desenvolvidos. O proprietário e o negócio são completamente separados, tanto financeira como operacionalmente.

Chegado a este patamar recentemente, uma empresa tem a vantagem do tamanho, dos recursos financeiros, e do talento na gestão. Se estas qualidades se preservarem bem como o seu espírito empreendedor, a empresa irá resultar numa formidável força no mercado. Se não, irá entrar na sexta etapa: a Ossificação.

Ossificação é caracterizada por uma falta de inovação na tomada de decisão e na anulação do risco. Isto é muito comum em grandes organizações cujas quotas de mercado são consideráveis assim como os seus recursos financeiros, até haver uma maior mudança no meio envolvente.

Seção C- Setores

Em setores económicos dinâmicos, as empresas com estruturas orgânicas, com ênfase numa coordenação horizontal, são mais eficientes que as empresas com estruturas mais mecanizadas (Burns & Stalker, 1961).

Os setores económicos emergentes são caracterizados tipicamente por serem ambientes incertos e turbulentos (Aldrich, 1999; Sine & David, 2003). Estes ambientes

turbulentos em que as empresas atuam provocam muitas vezes dificuldades às organizações, em especial às mais maduras, que estão no mercado há mais tempo (Mintzberg, 1979). Em contraste, as novas organizações presentes em setores emergentes caracterizam-se por terem poucas regras e rotinas formalizadas, para além de serem pequenas, flexíveis e inovadoras. Adicionalmente, os seus colaboradores e gestores têm uma grande frequência de contacto com os clientes. Estas empresas são, na sua essência, fundadas com uma reação às oportunidades no ambiente externo, que está em constante mutação. Ao invés da necessidade de mais flexibilidade, estas organizações sofrem com a estrutura “responsabilidade de inovação” (Stinchcombe, 1965).

Além disso novos empreendimentos em setores emergentes não só necessitam de formalização e especialização, como também requerem uma maior gestão dos seus recursos comparativamente com as empresas já estabelecidas no mercado. Enquanto as empresas maduras são muitas vezes travadas pela sua administração intensiva e uma elevada burocracia, as novas empresas necessitam de uma ampla gestão dos seus recursos e dos seus quadros estruturais para reduzir a incerteza e aumentar a eficiência organizacional (Stinchcombe, 1965).

Capítulo II- Estágio

Seção A- Apresentação da Entidade de Acolhimento

A.I- A Origem do IEFP e a Atualidade

O Instituto do Emprego e Formação Profissional, como é hoje conhecido, surgiu em 1979 criado através do Decreto-Lei n.º 519-A2/79, de 29 de dezembro. Contudo a sua origem remonta ao ano de 1932, altura em que se deu a criação do Commissariado e o Fundo de Desemprego, entidade esta com o objetivo base de combater o elevado número de desempregados proveniente da crise económica que se registava (mais de 40.000 pessoas).

Mais tarde, no início da década de 60 Portugal encontrava-se com elevado número de desempregados resultantes do processo de reorganização industrial – a industrialização. Foi então no ano de 1962 que teve origem o Fundo de Desenvolvimento da Mão de Obra (FDMO). O FDMO tinha como objetivo atribuir pensões de reforma ou invalidez e subsídios temporários de desemprego ao pessoal proveniente de fábricas (operários), até que estes fossem readmitidos novamente, mais tarde por empresas reorganizadas. Paralelamente foi também nesta época que, perante a situação de uma reestruturação do mercado da mão-de-obra, surgiu o Instituto de Formação Profissional Acelerada (IFPA) - (Decreto Lei n.º44 538, de 23 de agosto de 1962) - com a missão de requalificar o pessoal operário, dando-lhes as formações profissionais adequadas de forma a poderem ser novamente readmitidos nas novas indústrias.

Foi posteriormente em 1979 que se originou o Instituto do Emprego e Formação Profissional – IEFP, adotando desde então a designação que mantém até aos dias de hoje.

Atualmente o Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP é um instituto público e possui autonomia administrativa e financeira sendo titulado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), sob superintendência e tutela do respetivo ministro, sendo a sua abrangência a nível nacional.

A.II- Missão, Visão, Objetivos Estratégicos e Atribuições

O IEFP, IP tem por missão promover a criação e a qualidade do emprego assim como combater o desemprego, através da execução de políticas ativas de emprego, nomeadamente de formação profissional.

Relativamente à visão, o IEFP, IP assume-se como um serviço público de emprego, o qual pretende criar mecanismos que potenciem o encontro entre a procura e a oferta de emprego, garantindo a prestação de um serviço de excelência, pautado pelo rigor, qualidade, rapidez e eficácia e que se adeque continuamente às necessidades e expectativas dos seus utentes. Para isso, conta nos seus quadros com pessoal qualificado, investindo fortemente na formação profissional e humana dos seus ativos e na criação de condições de trabalho, motivacionais, e de um clima organizacional que permita que cada um dos trabalhadores contribua, dentro da estratégia definida, para o bom desempenho da organização.

Os objetivos estratégicos deste Instituto passam essencialmente por quatro pontos gerais:

- ✓ Promover o emprego e a empregabilidade dos portugueses;
- ✓ Promover a qualificação profissional no quadro das necessidades atuais e futuras do mercado de trabalho;
- ✓ Promover a modernização e reforço da intervenção do Serviço Público de Emprego;
- ✓ Reforçar a eficácia, eficiência e a qualidade do serviço.

De acordo com o Artigo 3º do Decreto-Lei n.º 143/2012 de 11 de julho as atribuições do IEFP, IP assenta em sete princípios base: Promover, Incentivar, Assegurar, Fomentar, Participar, Colaborar e Realizar.

Promover:

- ✓ A organização do mercado de emprego tendo em vista o ajustamento entre a oferta e a procura de emprego;

- ✓ A informação, a qualificação e a reabilitação profissional, com vista à colocação e progressão profissional dos trabalhadores no mercado de trabalho;
- ✓ A qualificação escolar e profissional dos jovens e adultos, através da oferta de formação profissional certificada, ajustada aos percursos individuais;
- ✓ O desenvolvimento dos ofícios e das microempresas artesanais;
- ✓ A reabilitação profissional das pessoas com deficiência.

Incentivar:

- ✓ A criação e a manutenção de postos de trabalho, através de medidas adequadas ao contexto económico e às características das entidades empregadoras;
- ✓ A inserção profissional dos diferentes públicos através de medidas específicas, em particular para aqueles com maior risco de exclusão do mercado de emprego.

Assegurar:

- ✓ O desenvolvimento de políticas relativas ao mercado social de emprego, enquanto conjunto de iniciativas destinadas à integração socioprofissional de pessoas desempregadas com dificuldades, em articulação com a segurança social.

Fomentar:

- ✓ O conhecimento e a divulgação dos problemas de emprego integrada no crescimento e desenvolvimento socioeconómico.

Participar:

- ✓ Na coordenação das atividades de cooperação técnica desenvolvidas com organizações nacionais e internacionais nas áreas do emprego, formação e reabilitação profissionais.

Colaborar:

- ✓ Na conceção, elaboração, definição e avaliação da política de emprego, de que é órgão executor.

Realizar:

- ✓ Ações de acompanhamento, de verificação e de auditoria aos apoios, concedidos no âmbito das medidas de emprego e de formação profissional.

A.III- Distribuição Geográfica e Estrutura Organizacional

A sede do IEFP, IP encontra-se em Lisboa e tem cinco Delegações Regionais distribuídas por todo o país. Para além da Delegação Regional do Centro (DRC) em Coimbra, existem ainda as Delegações Regionais do Norte no Porto, de Lisboa e Vale do Tejo em Lisboa, do Alentejo em Évora e do Algarve localizada em Faro.

Assim, o país encontra-se dividido em cinco regiões, abaixo apresentadas na “Figura 2- Âmbito Geográfico de cada Delegação Regional”:

Figura 2 - Âmbito Geográfico de cada Delegação Regional



Fonte: <https://www.iefp.pt/en/redencentros>

Para além disto existem ainda 82 Centros de Emprego, 32 Centros de Formação Profissional de gestão direta e 29 Centros de Formação Profissional de gestão participada e 1 Centro de Formação e Reabilitação Profissional.

Com a implementação do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC) no ano de 2012 deu-se início a uma nova fase da reforma da administração pública. Esta reforma foi executada no sentido de tornar a Administração Pública mais eficiente e racional na utilização dos recursos públicos, e, por outro lado, dar cumprimento aos objetivos de redução da despesa pública.

Neste contexto, foi aprovada a nova orgânica do IEFP, pelo Decreto-Lei n.º 143/2012, de 11 de julho, que procede à sua reestruturação, mantendo, no entanto, a estrutura de serviços desconcentrada, dado o alcance social da missão do IEFP.

A Portaria n.º 319/2012, de 12 de outubro, aprova os Estatutos do IEFP, definindo o funcionamento dos seus órgãos e regulando a organização e estrutura orgânica dos serviços centrais e regionais, bem como as competências das suas unidades orgânicas.

De acordo com esta Portaria, a atual rede de Centros do IEFP, compreende, a nível nacional, uma estrutura organizacional desconcentrada, flexível e de proximidade, que integra:

- ✓ 29 Centros de Emprego e Formação Profissional (CTEF);
- ✓ 23 Centros de Emprego (CTE);
- ✓ 1 Centro de Formação e Reabilitação Profissional.

O IEFP conta ainda com o apoio de uma rede de Centros de Formação Profissional de Gestão Participada.

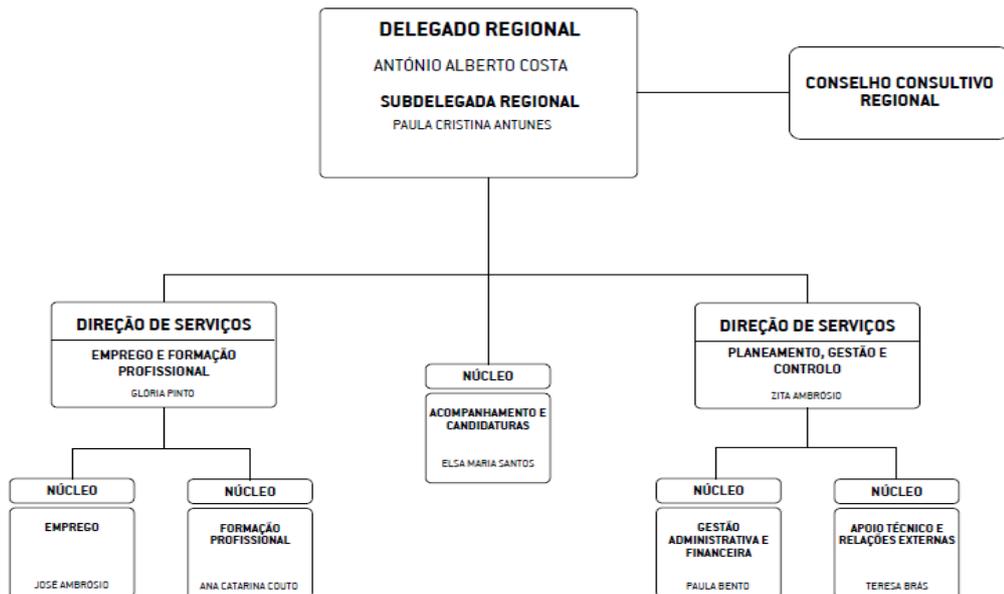
A.IV- Delegação Regional do Centro

No que diz respeito em específico à Delegação Regional do Centro em Coimbra, esta incorpora a globalidade da Região Centro Nacional. Os 11 Centros que estão inerentes à DRC são: os Centros de Emprego de Águeda, de Coimbra, de Castelo Branco,

de Aveiro, de Leiria, de Viseu, da Guarda, do Pinhal Interior Norte, da Covilhã, da Figueira da Foz e de Dão-Lafões.

O organograma da Delegação Regional do Centro segue abaixo representado, na Figura 3:

Figura 3 - Organograma da Delegação Regional do Centro



Fonte: Intranet do IEFP

Através da análise do organograma, vemos que a DRC é constituída essencialmente por duas Direções de Serviços: os serviços do Emprego e Formação Profissional e os serviços do Planeamento, Gestão e Controlo. Relativamente à primeira, esta é dividida em dois núcleos, a área do Emprego e a área da Formação Profissional. Por outro lado, o Planeamento, Gestão e Controlo tem duas áreas a si associadas: a Gestão Administrativa e Financeira e o Apoio Técnico e Relações Externas.

O meu estágio decorreu na área do Emprego e Formação Profissional, mais especificamente no Núcleo do Emprego.

Tal como o próprio nome nos indica, o Núcleo do Emprego tem como objetivo fundamental a promoção do emprego, procurando um ajustamento entre a oferta e a procura de emprego. Estão sob orientação deste núcleo diversos programas, de destacar sobretudo: os programas de incentivo à contratação, os programas de incentivo à criação

de novas empresas e o investimento nos mais jovens, sobretudo jovens qualificados. De acordo com a Deliberação-extrato 1889/2012, de 11 de Dezembro, algumas das competências do núcleo de emprego são designadamente:

1) Promover a adaptação às características regionais dos critérios de apreciação e seleção de projetos ou ações a desenvolver no âmbito dos programas de emprego e reabilitação profissional;

2) Garantir a uniformidade técnica de intervenção dos centros, acompanhando a execução dos procedimentos estabelecidos e propondo a adoção de medidas concretas, tendo em vista o cumprimento dos normativos e das orientações dos serviços centrais;

3) Promover a coordenação das atividades dos centros no âmbito dos programas de emprego e reabilitação profissional, da informação e orientação profissional, da colocação e, em geral, todas as suas intervenções técnicas no âmbito do apoio ao emprego, incluindo a mobilidade profissional no âmbito da rede Eures;

4) Assegurar a articulação dos centros com outras entidades públicas ou privadas que atuam na sua área de intervenção, com destaque para as entidades empregadoras, de forma a promover a ativação e a inserção profissional dos candidatos a emprego, com base em processos de acompanhamento personalizado através de um gestor de carreira;

5) Colaborar no desenvolvimento e melhoria dos procedimentos inerentes à gestão das candidaturas às medidas ativas de emprego, em articulação com outras unidades orgânicas envolvidas;

Em jeito de conclusão, convém frisar alguns dos programas com que este núcleo trabalha e desenvolve a sua atividade de promoção do emprego. Os programas mais usuais e importantes são:

- Apoios à contratação, tais como, o programa de Estímulo Emprego;
- Apoios à colocação, tais como, Apoio à Mobilidade Geográfica no Mercado de Trabalho;
- Criação do Próprio Emprego e Empreendedorismo, tais como, PAECPE e Investe Jovem;
- Estágios, tais como, Estágio Emprego.

Seção B- Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE)

Como tentativa de reduzir elevadas taxas de desemprego, bem como de estimular a economia nacional, o Governo Português sentiu necessidade de implementar políticas com a finalidade de promover e incentivar o empreendedorismo português, abrindo assim oportunidades e vagas à criação de novos postos de trabalho, reduzindo paralelamente o nível de pobreza registado em Portugal.

O acesso ao crédito para o lançamento de novos empreendimentos torna-se decisivo, uma vez que dificilmente as camadas mais pobres da população podem garantir o pagamento das dívidas contraídas para montar os seus próprios negócios.

Deste modo surgiu o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE) que se encontra regulado pela Portaria n.º 985/2009, de 4 de setembro, alterado pela Portaria n.º 58/2011, de 28 de janeiro e pela Portaria n.º 95/2012, de 4 de abril. Este programa está inserido no quadro de políticas ativas de emprego, e destina-se à concessão de apoios do próprio emprego, por parte de desempregados, sendo da responsabilidade do IEFP, I.P. a sua promoção e execução.

O PAECPE encontra-se dividido em três modalidades essencialmente: - o apoio à criação de empresas de pequena dimensão, através do crédito com garantia e bonificação da taxa de juro; o Programa Nacional de Microcrédito, no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia; e o apoio à criação do próprio emprego por beneficiários das prestações de desemprego. De entre os três tipos de apoios é este último o que se revela mais frequente, consistindo no apoio financeiro à criação de novas empresas através do pagamento antecipado das prestações de subsídio de desemprego do(s) promotor(es). Este pagamento é efetuado por uma só vez, total ou parcialmente, deduzido as importâncias eventualmente já recebidas. O projeto do beneficiário terá de originar, no mínimo, a criação de emprego a tempo inteiro do promotor destinatário.

Os destinatários deste programa são todos os que se encontram inscritos nos centros de emprego, com capacidade e disponibilidade de trabalho, podendo ser: - Desempregados inscritos há menos de 9 meses (tendo neste caso que ser desemprego

involuntário) ou há mais de 9 meses (independentemente do motivo da sua inscrição); - Jovens à procura do primeiro emprego, tendo idade entre os 18 e os 35 anos, inclusive, e um nível 3 de qualificação mínimo (ensino secundário completo); - Trabalhadores independentes cujo rendimento médio mensal aferido seja inferior à retribuição mínima mensal garantida.

Dado que é um programa destinado à criação de microempresas, estes projetos iniciais encontram-se limitados, na sua fase de investimento, à criação de 10 postos de trabalho e a um investimento total de 200.000,00€. Para além disto, torna-se imprescindível que o projeto apresente viabilidade económico-financeira de modo a ser aprovado. Outro requisito importante consiste no facto de a nova empresa não poder estar constituída à data da entrega do pedido de financiamento (data da candidatura ao programa), com exceção dos projetos que incluam, no investimento a realizar, a compra de capital social.

A admissibilidade ao PAECPE pode ser dividida em dois momentos: numa primeira fase a admissibilidade do beneficiário e do projeto; e numa segunda fase a análise da viabilidade económica/financeira do mesmo. Como o próprio nome indica, a admissibilidade do beneficiário corresponde à verificação se o promotor preenche todos os requisitos necessários para ser considerado admissível ao Programa, desde a idade, período temporal no desemprego, as declarações de não dívida à Segurança Social e à Autoridade Tributária. Em relação à admissibilidade do projeto, este é relativo às especificações do próprio negócio, por exemplo a presença de todas as faturas pró-forma ou orçamentos, relativas ao investimento a realizar pelo promotor, ou a uma Memória Descritiva suficientemente justificada e detalhada a fim de ser considerado admissível. Caso a candidatura não cumpra com estas especificações, há a necessidade de pedir posteriormente o envio da documentação em falta por parte do empreendedor, de modo a que tenha luz verde da parte do IEFP, IP.

Numa fase posterior, e a mais importante, temos a análise da viabilidade económica/financeira, onde é feito um estudo acerca da rentabilidade prevista pelo promotor, tendo em consideração a sua atividade comercial, a área de atividade, concorrentes, público-alvo, localização, etc.

Seção C- Objetivos

Os objetivos gerais do estágio curricular foram definidos como sendo a aplicação e a aquisição de conhecimentos ao nível dos procedimentos de financiamento do IEFP, IP, no âmbito do Portugal 2020 – Quadro de Referência Estratégico Nacional 2014/2020, sob a supervisão do Supervisor Profissional.

Assim, e tendo em consideração os objetivos acima traçados, o plano de estágio passou pelos seguintes pontos:

- ✓ Conhecer o funcionamento dos sistemas de informação utilizados pela Unidade Orgânica, utilizando-os de forma eficaz, sob a orientação do Supervisor Profissional:
 - Conhecer as funcionalidades no âmbito do SIGAE- Sistema de Informação e Gestão da Área do Emprego
 - Conhecer as funcionalidades no âmbito do SIEF- Sistema de Informação do Emprego e Formação
 - Conhecer as funcionalidades no âmbito do BO- Business Objects

- ✓ Elaborar pareceres no âmbito das candidaturas a diversos programas, sob a orientação do Supervisor Profissional:
 - Como elaborar um parecer tendo em conta diversos programas

- ✓ Emitir pagamentos (1ª e 2ª prestações) no âmbito das Medidas Estímulo 2013 e Reembolso da Taxa Social Única (TSU):
 - Verificar requisitos para pagamento
 - Funcionalidades diretamente ligadas à emissão de pagamentos ao nível do SGC – Sistema de Gestão de Candidaturas
 - Emissão, a partir do *site* da Segurança Social e Autoridade Tributária, de certidões da Segurança Social e Autoridade Tributária

- ✓ Aplicar, sob a supervisão do Orientador de Estágio, as Medidas e Programas de Emprego:
 - Medida Estímulo Emprego – Enquadramento normativo e regulamentar
 - Medida Estágio Emprego – Enquadramento normativo e regulamentar

- ✓ Conhecer e aplicar os procedimentos de financiamento do IEFP, IP no âmbito do Portugal 2020 – Quadro de Referência Estratégico Nacional 2014/2020, sob a supervisão do Orientador de Estágio – Entrosamento com os principais eixos do Programa Temático Inclusão Social e Emprego (PO ISE).

O estágio teve início a 01 de fevereiro de 2016 e fim no dia 06 de junho de 2016. A duração de trabalho diário foi de 8 horas (das 9h-13h e das 14h-18h).

Seção D- Tarefas Desenvolvidas

De modo a tornar a seção das tarefas desenvolvidas mais clara e fácil de interpretar, resolvi dividir a mesma em três pontos essenciais, pontos estes onde se resumem as funções que desempenhei durante os quatro meses de estágio: análise de candidaturas ao PAECPE, análise de candidaturas ao Programa Investe Jovem e atualização de Níveis de Emprego.

D.I- Análise de candidaturas ao PAECPE

Grande parte do estágio curricular foi no âmbito da análise de candidaturas ao Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego – PAECPE. Como tal e para ficar ciente de todas as regulamentações do Programa, na primeira semana de estágio tive um enquadramento legal e normativo da legislação que regula e aprova a criação do PAECPE, tendo efetuado a leitura pormenorizada e a interpretação da Portaria n.º 985/2009, de 4 de setembro (com as alterações introduzidas pela Portaria

n.º 58/2011, de 28 de janeiro, Portaria n.º 95/2012, de 4 de abril e Portaria n.º 157/2015, de 28 de maio).

Numa fase posterior tive o acompanhamento do Dr. Carlos Ferreira, um colaborador do IEPF com muitos anos de experiência e de conhecimento ao nível de planos de negócio e pertencente ao Núcleo do Emprego. O Dr. Carlos é um dos responsáveis pela análise de processos de criação do próprio emprego no âmbito do PAECPE, e foi ele o meu mentor durante a 2ª semana de estágio. Alguns pontos abordados por nós foram ao nível da documentação necessária, o preenchimento e as notas a retirar sobre cada projeto em análise, os aspetos legais e fiscais do negócio. Depois, com o seu auxílio procedi ao registo e análise dos meus primeiros planos de negócio, utilizando o ficheiro Excel destinado à análise destes projetos. Através destes ensinamentos, foi-me possível aprofundar alguns conceitos nesta área.

A partir da 3ª semana foi-me então atribuída a tarefa de efetuar estas análises de negócio sozinho, tendo sempre supervisão da Dra. Maria do Céu Lopes, que para além do Dr. Carlos Ferreira é a colaboradora do IEPF que está nas análises dos planos de negócio à criação do próprio emprego, estando também ela alocada ao Núcleo de Emprego. Depois de uma primeira análise efetuada por mim cabia à Dra. Maria do Céu a sua decisão e parecer final tendo sempre por base a primeira análise do plano de negócio elaborada por mim.

No âmbito destas candidaturas, tive ainda oportunidade de efetuar a emissão de alguns pedidos de elementos (que consiste em pedir documentos ao promotor que estejam em falta na candidatura, ou ainda pedir que justificasse algumas previsões utilizadas no seu plano de negócios), bem como a emissão de pareceres com propostas finais de indeferimento, documento este onde era possível ler os motivos da mesma candidatura ter sido rejeitada.

Pouco tempo mais tarde tive a companhia dos meus dois colegas de estágio, o André e o Fábio, cabendo a nós os três a análise de cada candidatura ao PAECPE, trabalhando em equipa, fazendo trabalho de grupo.

D.II- Análise de candidaturas ao Programa Investe Jovem

O Programa Investe Jovem³ é outro dos Programas de Incentivo à Criação do Próprio Emprego (CPE) e tal como o PAECPE tem como objetivos base o incentivo ao empreendedorismo, bem como a promoção da criação de emprego e o crescimento económico. Comparativamente com o PAECPE tem um público-alvo mais jovem, com idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 30, e apresenta outro tipo de requisitos diferentes, por exemplo ao nível do investimento: deve apresentar um investimento entre 2,5 e 100 x Indexante dos Apoios Sociais (IAS) e não pode incluir, no investimento a realizar, a compra de capital social de empresa existente.

A respeito deste Programa foi-me atribuída a responsabilidade de me enquadrar com a legislação em vigor do mesmo, sendo que posteriormente comecei por proceder ao preenchimento, também em ficheiro Excel tal como as candidaturas ao PAECPE, da folha de verificação dos requisitos de cada candidatura. Devido ao facto deste preenchimento envolver apenas alguns detalhes ao nível da admissibilidade do beneficiário e do projeto, esta tarefa acabou por se revelar mais simplificada que as candidaturas do programa anterior, sendo no Investe Jovem apenas era efetuada uma “pré-análise” aos mesmos planos de negócios.

D.III- Atualização de Níveis de Emprego

Depois de dois dias sob formação com a Dra. Ana Margarida, colaboradora do IEPF pertencente ao Núcleo do Emprego, foi-me também solicitado que desempenhasse outras funções, mais especificamente funções relacionadas com a atualização de Níveis de Emprego (NE)⁴ no Sistema de Gestão de Ações e Emprego (SIGAE). Estas funções foram tarefas mais administrativas, e desenrolaram-se no âmbito do Programa Estímulo Emprego, proveniente dos Apoios à Contratação. De uma forma muito breve e resumida, este Programa tem como objetivo base o combate ao desemprego, fomentando a criação líquida de postos de trabalho.

³ Encontra-se regulado pela Portaria n.º 151/2014, de 30 de julho

⁴ NE- Número de trabalhadores que se registavam na empresa à data de candidatura ao Programa Estímulo Emprego

Primeiramente, a entidade empregadora procedia ao envio de uma reclamação (via e-mail) do Nível de Emprego mal calculado. Depois disto era necessária a verificação, através do controlo remoto com a SS, de qual era efetivamente o nível exato de trabalhadores da mesma no dia exato da candidatura, assim como nos 12 meses anteriores. Neste sentido, a minha função foi de efetuar esta mesma atualização do número de trabalhadores da entidade na data de candidatura ao Programa. Isto porque as empresas só podem ser alvo dos subsídios quando o NE verificado na data de candidatura seja superior à média mais favorável do número de trabalhadores dos últimos 6 ou 12 meses.

Na maioria das vezes a origem destas reclamações eram derivadas do facto de, na altura da análise da candidatura efetuada pelos técnicos do IEFP, IP, as empresas não terem atualizado o número de trabalhadores na SS (ou as datas de entrada e saída dos mesmos encontrarem-se incorretas), o que levava a que o NE calculado nesse momento seja superior ao real, sendo este inconveniente detetado mais tarde pelas entidades.

Torna-se de todo relevante que as empresas tenham sempre os dados dos seus trabalhadores corretos na SS. Caso não os tenham, torna-se imprescindível que detetem esta incorreção, dada a exigência do NE ter que se manter nos períodos seguintes ao apoio.

Seção E- Análise Crítica

O Estágio Curricular permite-nos aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo destes últimos anos, ajudando-nos a ter um contato direto com a realidade e os desafios empresariais.

No meu caso em específico, sem dúvida que tive que ter como base conhecimentos adquiridos em algumas unidades curriculares da licenciatura. Desde as Contabilidades Financeiras I e II, à Análise Financeira, mas sobretudo a unidade curricular de Empreendedorismo e Projeto Empresarial. Todas estas foram importantes para a avaliação das candidaturas de criação do próprio emprego. Por outro lado, os conhecimentos adquiridos na unidade curricular de Tecnologias de Informação foram

também muito importantes para o tratamento e análise dos dados em Excel. Devido ao facto do meu relatório ter como objeto de estudo muitos dados estatísticos e variáveis a si associadas, tornou-se fundamental dominar esta ferramenta, para a obtenção dos resultados pretendidos.

O estágio proporcionou-me também o desenvolvimento de *Soft-skills*, muito importantes hoje em dia no mercado de trabalho. Entre as que se destacam mais, saliento sobretudo a gestão do tempo, o trabalho em equipa, a resolução de problemas, a capacidade de aprendizagem, o pensamento crítico e o relacionamento interpessoal.

Ao longo de período de estágio tive também oportunidade de participar em várias sessões em que o IEFP, IP participou, tais como: a Sessão de acolhimento e integração dos Estagiários PEPAC, o Campeonato Nacional de Profissões e a Sessão de Empreendedorismo.

A Sessão de acolhimento e integração dos Estagiários PEPAC decorreu no dia 17 de Março de 2016, e teve como objetivo a integração dos estagiários do PEPAC, provenientes de todas as delegações do IEFP, IP da região Centro. Salientou-se a missão, os valores e atribuições do IEFP, o seu contexto organizacional e de intervenção e as medidas e programas de emprego e formação profissional.

O Campeonato Nacional de Profissões 2016 realizou-se em Coimbra, reunindo cerca de 400 jovens entre os dias 22 a 27 de maio. Coube ao IEFP, I.P. a sua promoção, organização e realização de todas as atividades relacionadas com os Campeonatos das Profissões. Como tal, tive a oportunidade de visitar e explorar as infraestruturas do evento e poder ver o enorme potencial que aqueles jovens ali presentes demonstram.

A Sessão de Empreendedorismo tratou-se de uma iniciativa da NERC – Associação Empresarial da Região de Coimbra, em parceria com o Millennium BCP Microcrédito, realizada no dia 31 de Maio, em Coimbra, e consistiu num Seminário sobre Empreendedorismo e Microcrédito, onde foram apresentados programas, medidas e incentivos de apoio à criação do próprio emprego e ao empreendedorismo, nomeadamente as Medidas de Apoio do IEFP ao Empreendedorismo, apresentadas pela Dra. Maria do Céu Lopes, da Direção de Serviços de Emprego e Formação Profissional.

No geral fiquei muito satisfeito com o estágio realizado, como sugestão apenas fica a ressalva que gostaria de ter visitado uma ou duas empresas criadas no âmbito do PAECPE, a fim de averiguar se as mesmas estão a realizar e a cumprir com as previsões inseridas nos seus plano de negócios aquando da sua candidatura e detetar eventuais dificuldades que estas atravessaram ou estão a atravessar até ao dia de hoje.

Capítulo III- Estudo sobre os Setores Emergentes na Criação do Próprio Emprego

Seção A- Objetivos do Estudo

Como o próprio nome do relatório indica, resolvi fazer um estudo relacionado com a análise dos setores emergentes na criação do próprio emprego. Optei por selecionar as candidaturas recebidas pelo IEFP, IP- DRC, no âmbito do PAECPE a partir de janeiro de 2015 (até abril de 2016) para que os dados recolhidos pudessem ver os mais atuais possíveis. A região geográfica definida para o meu estudo foi a Região Centro, englobando os distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu.

Os objetivos deste estudo passam por conseguir obter uma caracterização dos empreendedores (género, idades, habilitações académicas, zona geográfica, etc.) assim como dos seus negócios (número de postos de trabalho a criar, tipo de natureza jurídica, despacho final, setor em que se insere, as áreas de negócio mais e menos emergentes, a sua localização), identificando posteriormente quais são os setores emergentes na criação do próprio emprego.

Para além dos objetivos acima identificados, tenho outros ainda em mente que permitam retirar posterior conclusões e análises de resultados mais detalhadas. Estes resultam do cruzamento de duas ou mais características de cada um dos processos, como por exemplo: o género por cada um dos setores representados, o nível de habilitação académica por cada setor, os setores emergentes por cada um dos distritos, os setores emergentes por idades e, finalmente, o número de aprovações por setor.

Através do relacionamento do número de desempregados por concelho com o número de candidaturas recebidas, irei também procurar identificar quais os concelhos com maior e menor propensão à criação do próprio emprego pelo PAECPE. Deste modo tentarei também transpor estes resultados para os distritos da região centro, a fim de determinar quais são os mais e menos empreendedores.

Seção B- Metodologia Utilizada

Para o meu estudo utilizo dados de todos os processos recebidos pelos Centros de Emprego do IEFP, IP pertencentes à zona geográfica abrangida pela Delegação Regional do Centro, com data de entrada entre o dia 1 de janeiro de 2015 e o dia 30 de abril de 2016. Neste período de 16 meses recolhi uma amostra de 725 candidaturas e é com base neste número que efetuo um estudo e análise de diversas variáveis estatísticas.

A recolha destes dados foi possível através da plataforma SIEF, base de dados onde se encontram registados todos os processos. Depois de fazer a transcrição dos dados de cada candidatura uma a uma para Excel (não foi possível exportar listagens do programa), tive de recorrer à Plataforma SIGAE para complementar a informação obtida no SIEF e obter mais dados importantes que gostaria de analisar no meu estudo, nomeadamente: a data de nascimento do promotor (calculando assim a idade do promotor à data de candidatura), e o seu nível de habilitação académica (caso fosse licenciado ou mestre, a identificação dessa mesma área).

No estudo por idades dos promotores optei por fazer uma distribuição das mesmas por classes⁵. Esta distribuição de classes foi efetuada com classes de 5 anos, exceto a classe dos promotores mais novos e mais velhos, dado existirem menos candidaturas proveniente destes. Assim, nestas duas classes – [18, 24] e [60, 66] – defini como 7 anos o seu intervalo. Além deste estudo acrescentei a variável do empreendedor “mais jovem” assim como o empreendedor que apresentava mais idade à data de candidatura e uma média geral de idades de todas as candidaturas.

Em outras duas análises utilizadas para o meu estudo necessitei de recorrer ao número de desempregados por concelho/distrito, com o objetivo final de encontrar os “concelhos e distritos mais/menos empreendedores”. Para determinar estas variáveis, tive de ter em consideração o número de desempregados inscritos nos centros de emprego e o número de candidaturas recebidas provenientes desses mesmos concelhos/distritos. Para isso procedi a um levantamento mensal do número de desempregados registados em cada um destes concelhos, desde janeiro de 2015 a março

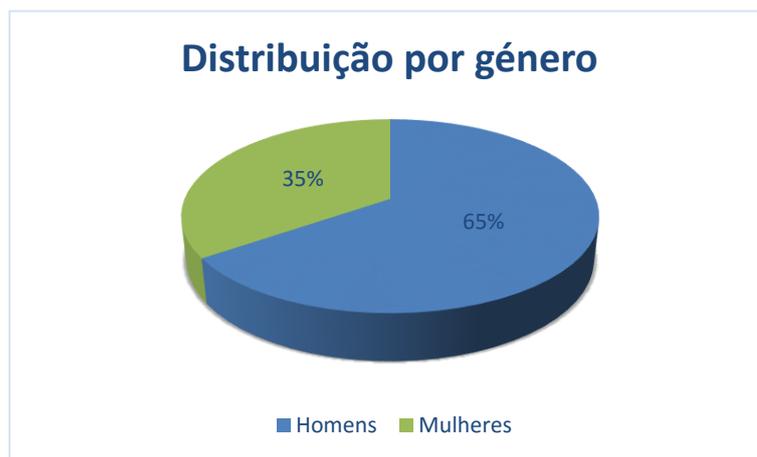
⁵ Classes de idades atribuídas: [18, 24] anos; [25, 29] anos; [30, 34] anos; [35, 39] anos; [40, 44] anos; [45, 49] anos; [50, 54] anos; [55, 59] anos; [60, 66] anos.

de 2016 (não foi possível recolher dados com o mês de abril incluído, devido aos dados do número de desempregados não ter saído com a brevidade pretendida). Depois de recolhidos estes dados, fiz uma média aritmética por esses 15 meses (de janeiro de 2015 a março de 2016) a fim do cálculo do número de desempregados ser o mais próximo da realidade possível.

Seção C- Apresentação dos Resultados

Na amostra recolhida com universo de 725 processos, 474 (65,38%) são candidaturas apresentadas por homens e os restantes 251 (34,62%) por mulheres.

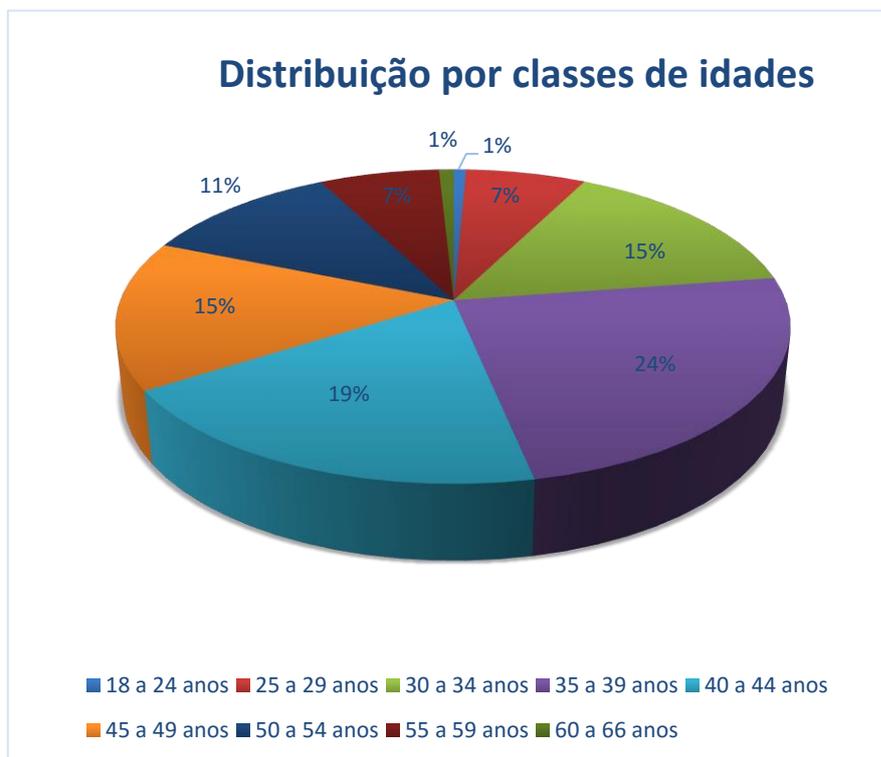
Gráfico 1 - Distribuição por género dos dados recolhidos



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos no SIEF

Quando às idades dos promotores, apenas um total de 5 candidaturas (0,69%) são apresentadas por jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos. A maior percentagem (24,14%) corresponde a promotores com idades compreendidas entre os 35 e 39 anos, seguido dos promotores entre os 40 e 44 anos, que representam 19,17% da amostra. Por último, destaque ainda para o reduzido número de promotores com mais idade, entre os 60 e 66 anos, correspondentes a 0,83% da amostra total.

Gráfico 2 - Distribuição por classes de idades



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos no SIEF

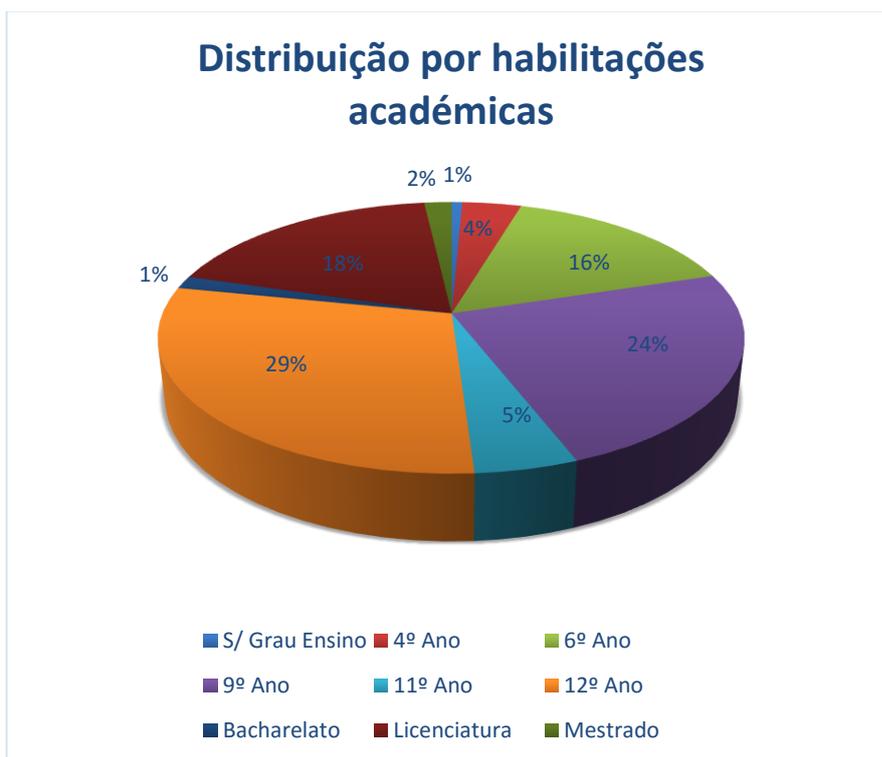
O valor médio de idades de candidaturas dos promotores fixa-se em 41,24 anos. Outro dado adicional refere-se ao promotor mais jovem, que apresenta 23 anos à data de apresentação do seu plano de negócios enquanto o mais velho detém 64 anos.

Ao nível do estudo das habilitações académicas dos promotores, divide-se a análise desta componente em nove classificações: sem grau de ensino, 4º ano de escolaridade, 6º ano de escolaridade, 9º ano de escolaridade, 11º ano de escolaridade, 12º ano de escolaridade, Bacharelato, Licenciatura e Mestrado.

No universo de 725 processos analisados, são cerca de 5 (0,69%) os promotores que apresentam habilitações sem grau de ensino, um dos quais cidadão nacional, contudo com conhecimentos de leitura e de escrita. Os restantes 4 promotores, apesar de também serem considerados como conhecedores de leitura e escrita portuguesa, são provenientes de países estrangeiros (dois da Roménia, um da Ucrânia e um de Itália) e detêm mais estudos nos seus países de origem.

Cerca de 24,00% (174) das candidaturas são provenientes de promotores com habilitações de 9º ano e quase 30% (212 desempregados) com o 12º ano de escolaridade. No total, cerca de 158 promotores detêm estudos superiores (Bacharelato, Licenciatura ou Mestrado) correspondendo a uma percentagem de 21,79%. Uma informação complementar da representatividade de cada uma das classes encontra-se no gráfico abaixo representado:

Gráfico 3 - Distribuição por habilitações académicas



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos no SIEF

A respeito do seu despacho final, a lista de valores neste campo contempla quatro situações distintas: “Aprovado”, “Pendente”, “Arquivado” e “Indeferido”. Por defeito ao se criar um novo processo surge neste campo a informação “Pendente”. É de referir ainda que a informação neste campo só é alterada para “Aprovado” ou “Indeferido” quando existe uma decisão superior sobre o processo, sendo Deferido (“Aprovado”) em caso de decisão favorável e “Indeferido” em caso de decisão desfavorável. Já os processos que contêm a informação “Arquivado” são os correspondentes a desistências dos promotores.

Nesta amostra de 725 candidaturas, existem cerca de 434 projetos “Aprovados”, correspondendo a uma percentagem próxima dos 60% de candidaturas. Por outro lado, encontram-se 232 (32,00%) projetos ainda “Pendentes” e cerca de 59 projetos (8,14%) são “Indeferidos” ou “Arquivados”, pelo que não avançaram para a implementação final do negócio.

Gráfico 4 - Distribuição por tipo de despacho



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos no SIEF

Relativamente ao número de postos de trabalho a criar pela nova entidade, verifica-se que quase 85% dos projetos têm a finalidade de criar um único posto de trabalho. Apenas 4,28% têm como objetivo dar emprego a 3 ou a mais pessoas. Para finalizar, importa ressaltar ainda que o número máximo de trabalhadores que um projeto de negócio tem por objetivo criar neste período de análise é de 8 pessoas.

Gráfico 5 - Distribuição por número de postos de trabalho a criar



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos no SIEF

No prisma da natureza jurídica, a grande maioria da amostra tem como opção optar pelo estatuto de empresário em nome individual (69,66%). O segundo regime jurídico mais pretendido é uma Sociedade por Quotas (16,41%). Existem apenas um remanescente de 3 candidaturas que apresentam outros tipos de regimes jurídicos: Empresa Pública Estrangeira (duas empresas) e Sociedade Civil com Personalidade Jurídica (uma empresa).

Gráfico 6 - Distribuição por tipo de natureza jurídica



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos no SIEF

Para fazer uma análise relativamente aos setores emergentes, procede-se a um estudo pelos CAE's das empresas a constituir. Pelo CAE é possível obter o setor de atividade correspondente, proveniente da Listagem de CAE's oriundo da Revisão 3⁶. Posto isto, apesar da listagem de CAE's se encontrar dividida em sete Setores distintos⁷, opta-se por omitir um deles, o setor da Energia, dado que não se obteve qualquer candidatura relacionado com este. Assim os setores que se têm em consideração são seis, sendo eles: Serviços, Comércio, Turismo, Transportes e Logística, Indústria e, por fim, a Construção.

⁶A CAE-Rev.3, cuja estrutura foi publicada no Diário da República, estabelece o novo quadro das atividades económicas portuguesas, harmonizado com a Nomenclatura Estatística das Atividades Económicas na Comunidade Europeia (NACE- Rev.2), no âmbito do Regulamento da (CE) nº 1893/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro de 2006.

⁷ São eles: os Serviços, o Comércio, o Turismo, os Transportes e Logística, a Indústria, a Construção e a Energia.

Através da amostra em estudo, verifica-se uma emergência dos setores dos Serviços e do Comércio, cada um destes com um peso superior a 34% do total da amostra. O setor do Turismo é o terceiro mais representado, com uma percentagem próxima dos 15%, seguido do setor da Construção (7,72%), da Indústria (6,62%) e dos Transportes e Logística (1,79%), respetivamente.

Gráfico 7 - Distribuição por setor



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos no SIEF

Analisando agora com maior detalhe os setores dos Serviços e do Comércio, que são os setores que apresentam maior número de candidaturas, procede-se a uma divisão de acordo com os seus CAE's, dividindo estes dois setores em diversas áreas⁸.

Começando no setor dos Serviços, chega-se à conclusão que a “Divisão 96- Outras atividades de serviço pessoais” (onde estão incluídos os salões de cabeleireiros, institutos de beleza, entre outros) é a que apresenta maior número de candidaturas (32). A seguir destaca-se a “Divisão 1- Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados” apresentando um total de 28 candidaturas, vindo seguido da

⁸ Consultar Anexo II, Tabela 6 para o setor dos Serviços e Tabela 7 para o setor do Comércio.

“Divisão 69- atividades jurídicas e de contabilidade” com 27 candidaturas. Da amostra recolhida destaque ainda para a “Divisão 82- Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas” e para a “Divisão 70- Atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão”, com 18 e 17 candidaturas respetivamente. Os resultados desta análise encontram-se mais detalhados no Anexo II, Tabela 6.

Relativamente ao setor do Comércio, há um destaque absoluto para a “Divisão 47- Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos” com 172 candidaturas correspondendo a quase 70% dos projetos de investimento deste setor. O Comércio por grosso corresponde a uma percentagem pouco superior a 20%, enquanto o “Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos” detém apenas 10,12% da amostra total deste setor. No Anexo II, Tabela 7 encontram-se estes resultados representados.

Distribuindo agora os dados da amostra pelas diversas categorias de CAE’s e as suas seções, de A U⁹, tem-se uma seção que se destaca sobre todas as outras, que é a “Seção G- Comércio por grosso e a retalho; Reparação de veículos automóveis e motociclos”, com um total de 247 processos, correspondentes a 34,07% da amostra. Com um importante peso encontra-se também a “Secção I- Alojamento, restauração e similares”, com um montante de 95 candidaturas, correspondentes a 13,10%. A completar o pódio, temos a “Seção M- Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares”, com 71 candidaturas nesta área e a corresponder a valores próximos dos 10%. Podem-se analisar com maior pormenor estas e as percentagens das restantes seções no Anexo III, Gráfico 14.

Iniciando agora uma outra análise, a respeito das Áreas de Atividade. No preenchimento dos dados de cada candidatura existe um campo que cabe a cada técnico do Centro de Emprego preencher no momento de registo de cada processo. Este campo é designado de “Área de Atividade” e diz respeito, como o próprio nome indica, à área de atividade ao qual o processo pertence, sendo que existem um total de cinco: Atividade Agrícola, Industrial, Comercial, Hoteleira e de Serviços. Sendo assim e pelos registos do SIEF, as duas áreas de atividade que apresentam maior número de candidaturas são as

⁹ O Anexo III, Tabela 8, contém informação detalhada da cada uma das secções do CAE.

Atividades de Serviços e as Atividades Comerciais, com 41,24% (299 processos) e 38,90% (282 processos) do total, respetivamente. Em sentido oposto, a Atividade Industrial e a Atividade Agrícola são as que apresentam menor número de processos, a representarem somente 3,45% (25 processos) e 4,55% (33 processos) respetivamente.

Gráfico 8 - Distribuição por Áreas de Atividade



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos no SIEF

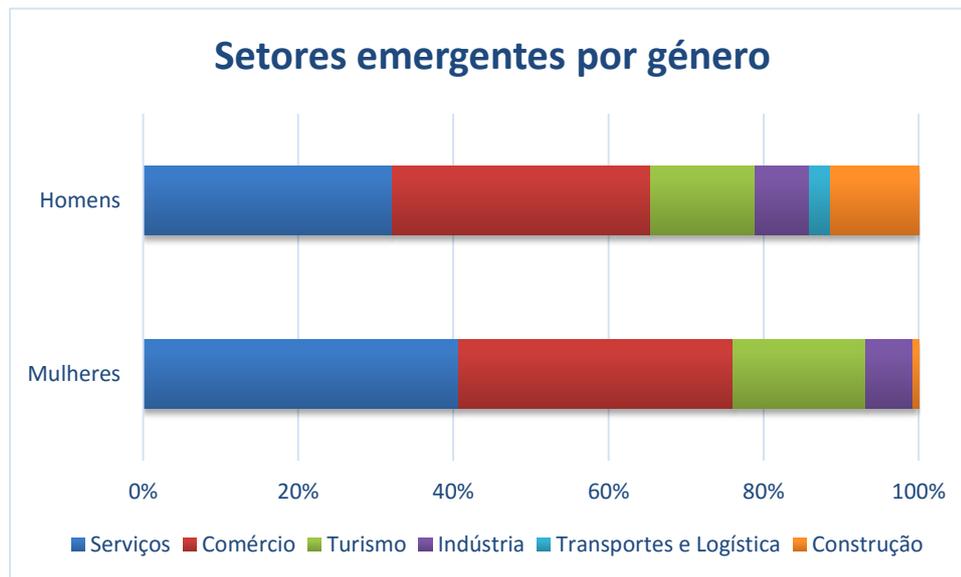
Quanto aos estudos que envolvem o cruzamento de duas ou mais variáveis, primeiramente opta-se por fazer um estudo sobre os setores emergentes em ambos os géneros.

Assim, começando pelos promotores masculinos, existem maioritariamente candidaturas relativas aos setores dos Serviços e do Comércio (mais de 32% cada um destes). De seguida surge o setor do Turismo com 13,50%, Construção com 11,39%, Indústria com 6,96% e, por fim, 2,74% dos Transportes e Logística.

Quanto ao género feminino, tem-se uma distribuição por setores algo diferente como seria expectável: mais de 40% das candidaturas correspondem ao setor dos Serviços, e 35,46% pertencem ao setor do Comércio. O Turismo adquire também maior importância no género feminino, pelo que corresponde a 17,13% das candidaturas globais femininas. A Indústria detém apenas 5,98% das candidaturas, sendo que o setor

da Construção e dos Transportes e Logística tem valores muito baixos ou mesmo nulos, no caso deste último.

Gráfico 9 - Setores emergentes por género



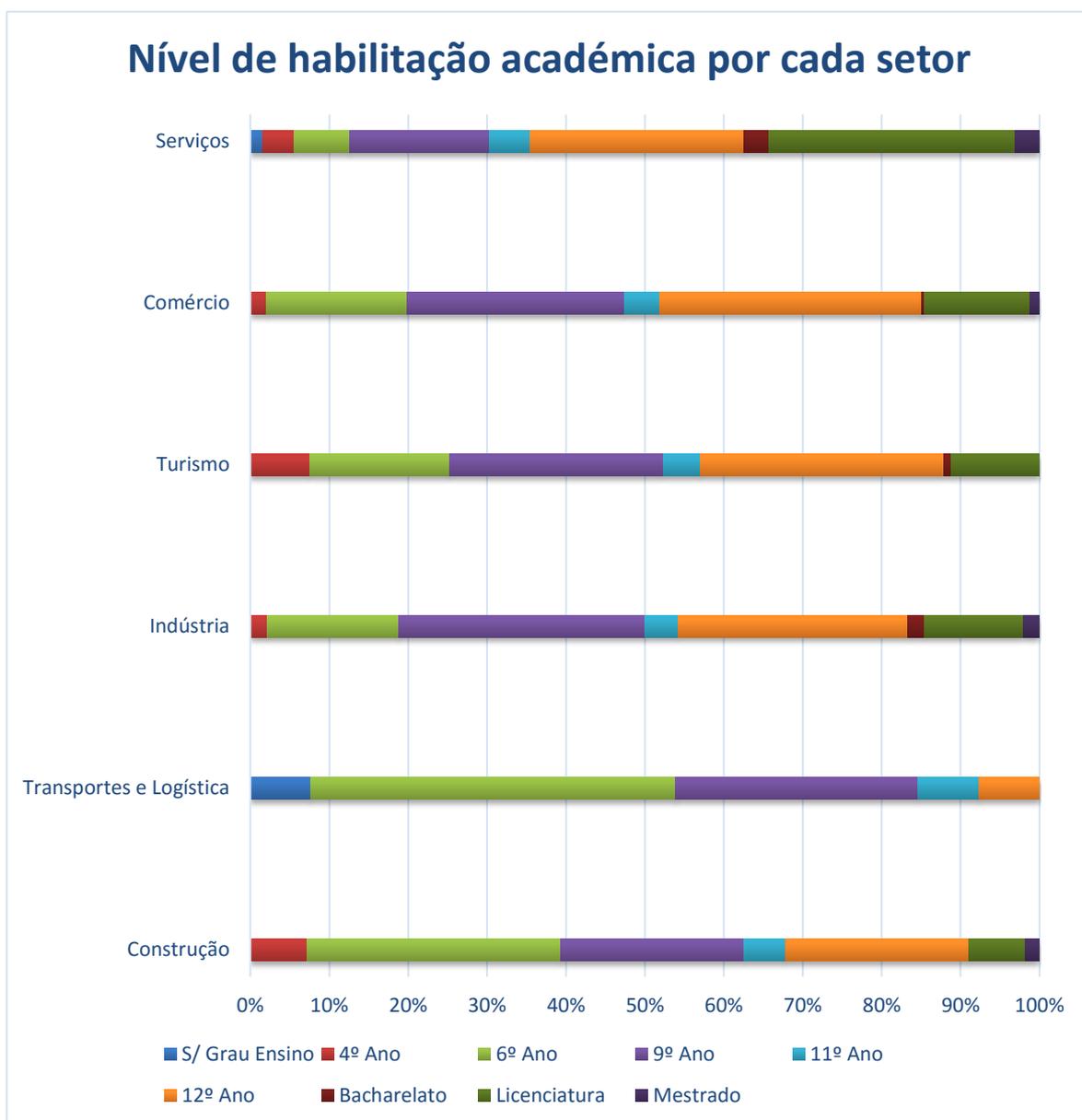
Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos no SIEF

Realizando agora um estudo conjugando o nível de habilitação académica dos promotores com o setor em que o seu projeto se enquadra, verifica-se:

- Ao nível dos Serviços, a grande maioria dos promotores é Licenciado (31,10%), sendo que existem muitos promotores também com o 12º e o 9º Ano, representados por 26,77% e 17,72% respetivamente.
- No setor do Comércio, o paradigma muda: a grande maioria dos promotores detém o 12º Ano, representados por 33,20%. Logo atrás deste, surgem os promotores com o 9º Ano correspondendo a uma percentagem de 27,53%, seguido dos promotores com o 6º Ano de escolaridade com 17,81%.
- No Turismo, os resultados são em tudo semelhantes aos obtidos no Comércio, com o 12º Ano a ser o nível de qualificação mais frequente (30,84%), logo seguido pelo 9º Ano (27,10%) e pelo 6º Ano (17,76%).
- No setor Industrial, os resultados são um pouco diferentes dos anteriores, dado que o nível de qualificação mais frequente é o 9º Ano (31,25%), seguido do 12º Ano (27,08%) e do 6º Ano (16,67%).

- Nos Transportes e Logística o nível de habilitação mais frequente foi o 6º Ano (46,15%), logo seguido do 9º Ano (30,77%).
- Por fim, no setor da Construção o 6º Ano de escolaridade voltou a ser o nível de qualificação mais frequente (32,14%), seguido do 9º e 12º Ano (23,21% ambos).

Gráfico 10 - Nível de habilitação académica por cada setor



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos no SIEF

Relativamente à distribuição de processos por concelho, os concelhos que apresentam maior número de candidaturas foram respetivamente: Coimbra (76), Viseu (63), Leiria (42), Aveiro (38) e Castelo Branco (35). Estes cinco concelhos apresentam

aproximadamente 35% do número total de candidaturas recebidas. Em sentido oposto, os concelhos de Aguiar da Beira, Alvaiázere, Castanheira de Pera, Pedrógão Grande, Penalva do Castelo e Vila Velha de Rodão acabam por ser os únicos concelhos da região centro, abrangida pela DRC, a não realizarem qualquer candidatura. Nota ainda de referir que neste estudo de concelhos foram excluídos as candidaturas de Arcozelo, Cascais e Santa Maria da Feira¹⁰, dado que não pertencem ao âmbito geográfico da Delegação Regional do Centro.

Tabela 2 - Os 10 Concelhos com maior número de Processos

Concelho	Número de Processos	Percentagem
Coimbra	76	10,48%
Viseu	63	8,69%
Leiria	42	5,79%
Aveiro	38	5,24%
Castelo Branco	35	4,83%
Guarda	30	4,14%
Covilhã	29	4,00%
Marinha Grande	20	2,76%
Figueira da Foz	19	2,62%
Águeda	17	2,34%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos no SIEF

Uma análise também ela interessante é ao nível da identificação dos concelhos mais empreendedores. Para este cálculo, teve-se em consideração o número mensal de desempregados inscritos em cada um dos concelhos desde o mês de janeiro de 2015 até março de 2016. Depois de recolhidos estes dados, efetua-se uma média arredondada às unidades, a fim de averiguar o número médio mensal de desempregados inscritos nesse concelho durante o intervalo de tempo em análise.

Para o estudo desta variável procede-se a um filtro na seleção dos concelhos, selecionando apenas aqueles que apresentam uma média mensal de desempregados

¹⁰ Santa Maria da Feira apesar de ser ainda ao Distrito de Aveiro pertence à Delegação Regional do Norte, assim como Arcozelo. Cascais pertence à Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

superior a 250, dado que abaixo deste limite uma só candidatura terá um grande impacto na percentagem *per capita* de candidaturas, influenciando dessa forma os resultados obtidos¹¹.

Com esta limitação, os concelhos que se revelam mais empreendedores, isto é, aqueles que apresentam um maior rácio de candidaturas ao PAECPE por cada desempregado inscrito no Centro de Emprego são os concelhos de Celorico da Beira (2,72% de candidaturas face ao número de desempregados inscritos), Batalha (2,27%), Vouzela (2,25%), Figueiró dos Vinhos (2,17%) e Pinhel (2,08%), respetivamente.

Em sentido oposto, os concelhos que se revelam menos empreendedores são: Penalva do Castelo e Alvaiázere dado que não realizam qualquer candidatura durante o período analisado e ambos os concelhos apresentam uma média de desempregados superior a 250 pessoas. A finalizar a listagem dos cinco concelhos menos com menos percentagem de candidaturas por número de desempregados inscritos, temos Vila Nova de Poiares (0,29%), Porto de Mós (0,33%) e Ovar (0,39%), respetivamente.

Todos os resultados deste estudo vêm discriminados com maior pormenorização e detalhe no Anexo IV – Tabela 9.

Ainda no decorrer do estudo anterior, um outro ponto importante de analisar são os distritos da Região Centro que apresentam mais candidatura ao PAECPE, tendo em consideração o seu número mensal de desempregados inscritos nos Centros de Emprego. O objetivo desta combinação de variáveis consiste em identificar o empreendedorismo “*per capita*” de cada distrito, isto é, determinar o número de candidaturas ao Programa por cada desempregado inscrito.

Sendo assim, o primeiro passo foi determinar o número de desempregados por cada distrito¹².

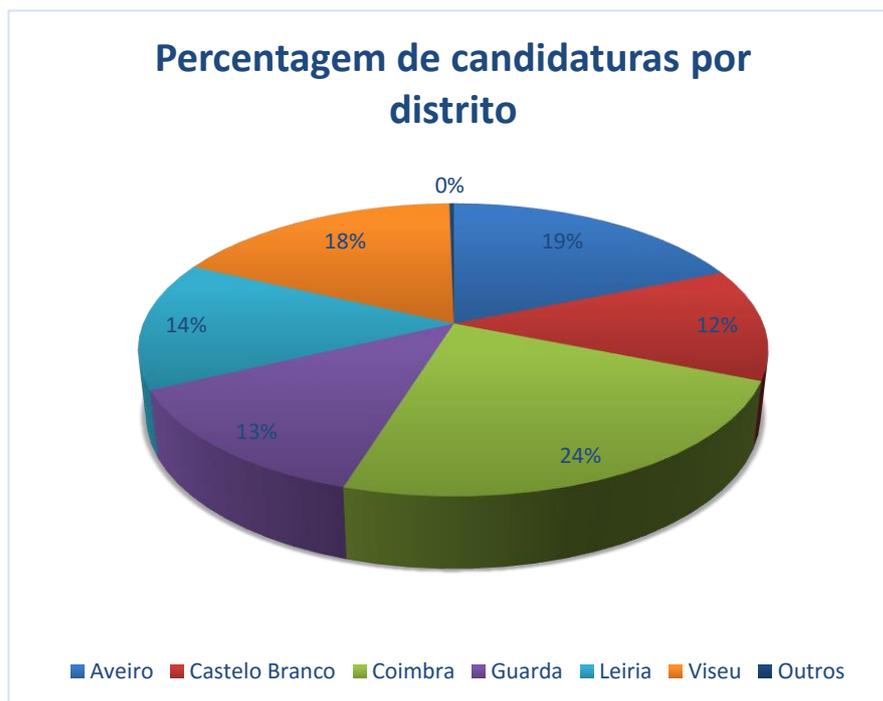
¹¹ Desta forma foram excluídos os concelhos de Aguiar da Beira, Almeida, Castanheira de Pera, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Góis, Manteigas, Meda, Oleiros, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penamacor, Penela, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão por apresentarem uma média mensal de desempregados inferior a 250 pessoas.

¹² Como referi atrás, tenho em consideração o número mensal de desempregados inscritos nesse concelho desde o mês de janeiro de 2015 até março de 2016. Depois de recolhidos estes dados, efetuei uma média arredondada às unidades, a fim de averiguar o número médio mensal de desempregados inscritos nesse concelho durante o intervalo de tempo em estudo. Após isto, efetuei a distribuição dos concelhos por cada um dos distritos em estudo. Os resultados estão presentes no Anexo V, Tabela 12.

Posto isto, procede-se a uma distribuição mais pormenorizada da localização dos projetos, dividindo-os pelos seis distritos da Região Centro: Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu.

O distrito de Coimbra é o que apresenta maior percentagem de candidaturas, com cerca de 24% do total. Aveiro é o 2º distrito com maior número de projetos, seguido de perto pelo distrito de Viseu. Leiria, Guarda e Castelo Branco encerram a listagem, respetivamente, com percentagens entre os 12 e 14% do total.

Gráfico 11 - Percentagens de projetos recebidos por cada distrito



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos no SIEF

Cruzando agora o número de desempregados inscritos em cada distrito com o número de candidaturas recebidas nesse mesmo distrito, o resultado é algo surpreendente: os dois distritos mais a interior do território nacional são os que apresentam maiores taxas de “*empreendedorismo per capita*”. O distrito de Guarda lidera esta classificação com uma percentagem de 1,54% de desempregados inscritos a candidatarem-se para constituir o seu próprio negócio. O distrito de Castelo Branco e de Viseu surgem de seguida respetivamente, com uma percentagem a rondar os 1%. Em

sentido contrário, surgem como menos empreendedores os distritos de Aveiro e Coimbra, com valores de 0,78% e 0,87% respetivamente.

Tabela 3 - Empreendedorismo Per Capita por Distrito¹³

Distrito	Número de Desempregados Médio por Mês	Nº de Candidaturas	% Emp. Per Capita
Aveiro	17421	136	0,781%
Castelo Branco	8940	90	1,007%
Coimbra	19586	171	0,873%
Guarda	6161	95	1,542%
Leiria	11259	103	0,915%
Viseu	12778	128	1,002%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos no SIEF

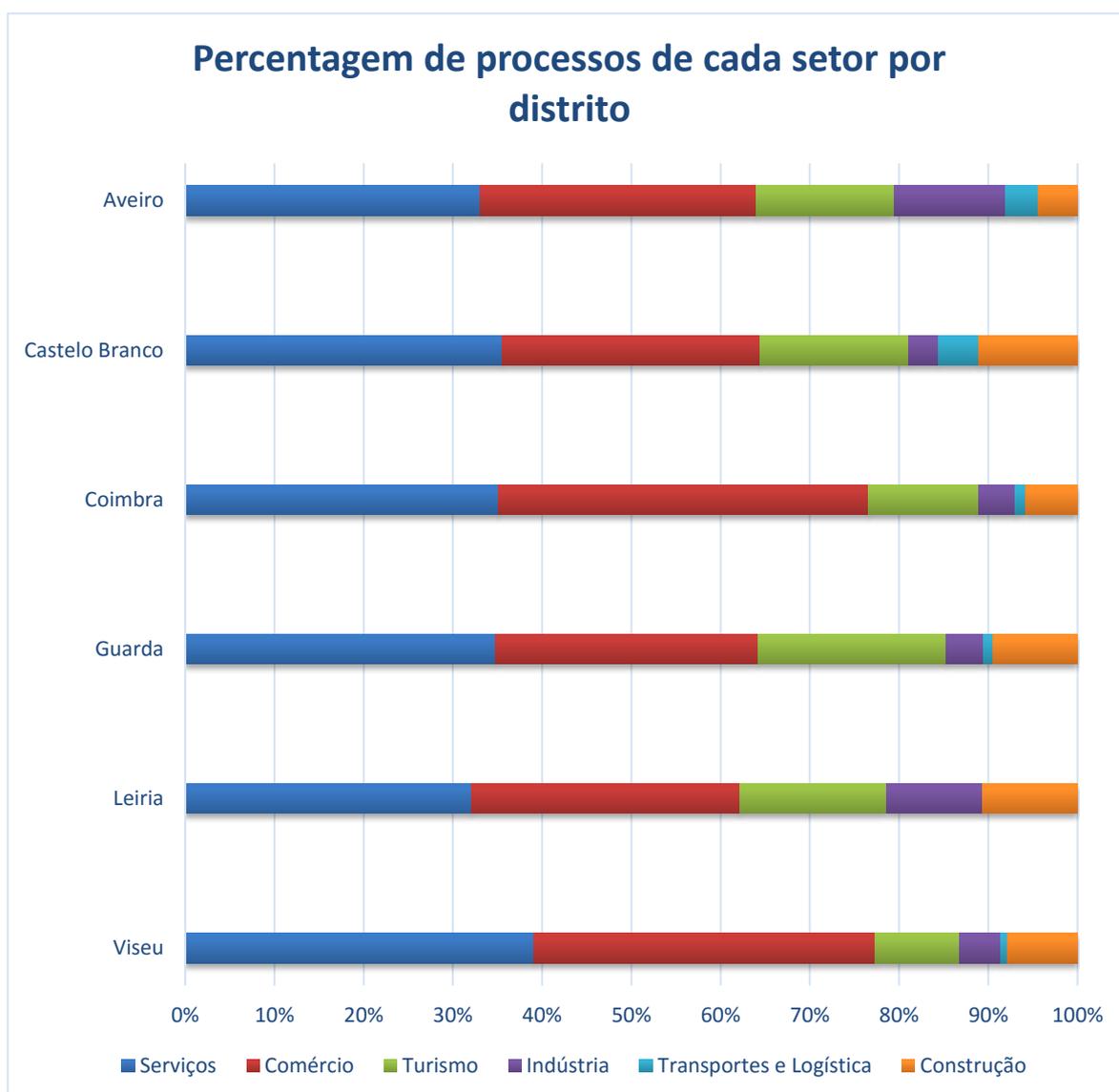
Realizando uma análise dos setores emergentes por distrito:

- Em Aveiro os setores mais emergentes são os Serviços e o Comércio respetivamente, com percentagens de 30%, seguido do Turismo com 15,44%. A Indústria é o 4º Setor mais emergente com 12,50% e, por últimos, a Construção e os Transportes e Logística, com percentagens inferiores a 5%, cada uma destas.
- Em Castelo Branco os valores percentuais e a ordem dos três setores mais emergentes são bastante semelhantes aos do distrito de Aveiro. Como setor menos atrativo encontra-se desta vez a Indústria e os Transportes e Logística, ambos com menos de 5% de candidaturas. Em 4ª posição como setor mais emergente surge o setor da Construção, com mais de 11% do número total de processos.
- Já em Coimbra o paradigma é algo diferente dos anteriores. Aqui o setor do Comércio ganha maior notoriedade, com praticamente 42% de candidaturas, seguido dos Serviços com 35,09% e do Turismo com 12,28%. Todos os restantes setores detêm menos de 6,00% das candidaturas cada.

¹³ São omitidas duas candidaturas (Arcozelo e Cascais) referentes a candidaturas correspondentes a outros distritos nacionais.

- No distrito da Guarda, os setores mais emergentes são novamente os Serviços (34,74%), Comércio (29,47%) e o Turismo (21,05%). A construção atinge quase os 10% de candidaturas, e a Indústria e os Transportes e Logística surgem no fundo da listagem.
- Em Leiria os setores mais emergentes voltam a seguir a mesma ordem: Serviços, Comércio e Turismo com percentagens também elas na casa dos 30% (nos dois primeiros) e 16,50% no terceiro. A Indústria e a Construção têm alguma importância neste distrito em específico, com valores de 10,68% cada um, sendo que o setor dos Transportes e Logística não tem qualquer candidatura.
- Finalmente, Viseu segue uma distribuição setorial idêntica aos primeiros distritos, com os setores dos Serviços e Comércio a adquirir grande peso no balanço geral. O Turismo e a Construção com percentagens idênticas, na casa dos 7 a 10% e a Indústria e os Transportes e Logística a figurarem nos últimos lugares, com valores inferiores a 5%.

Gráfico 12 - Setores emergentes por distrito



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos no SIEF

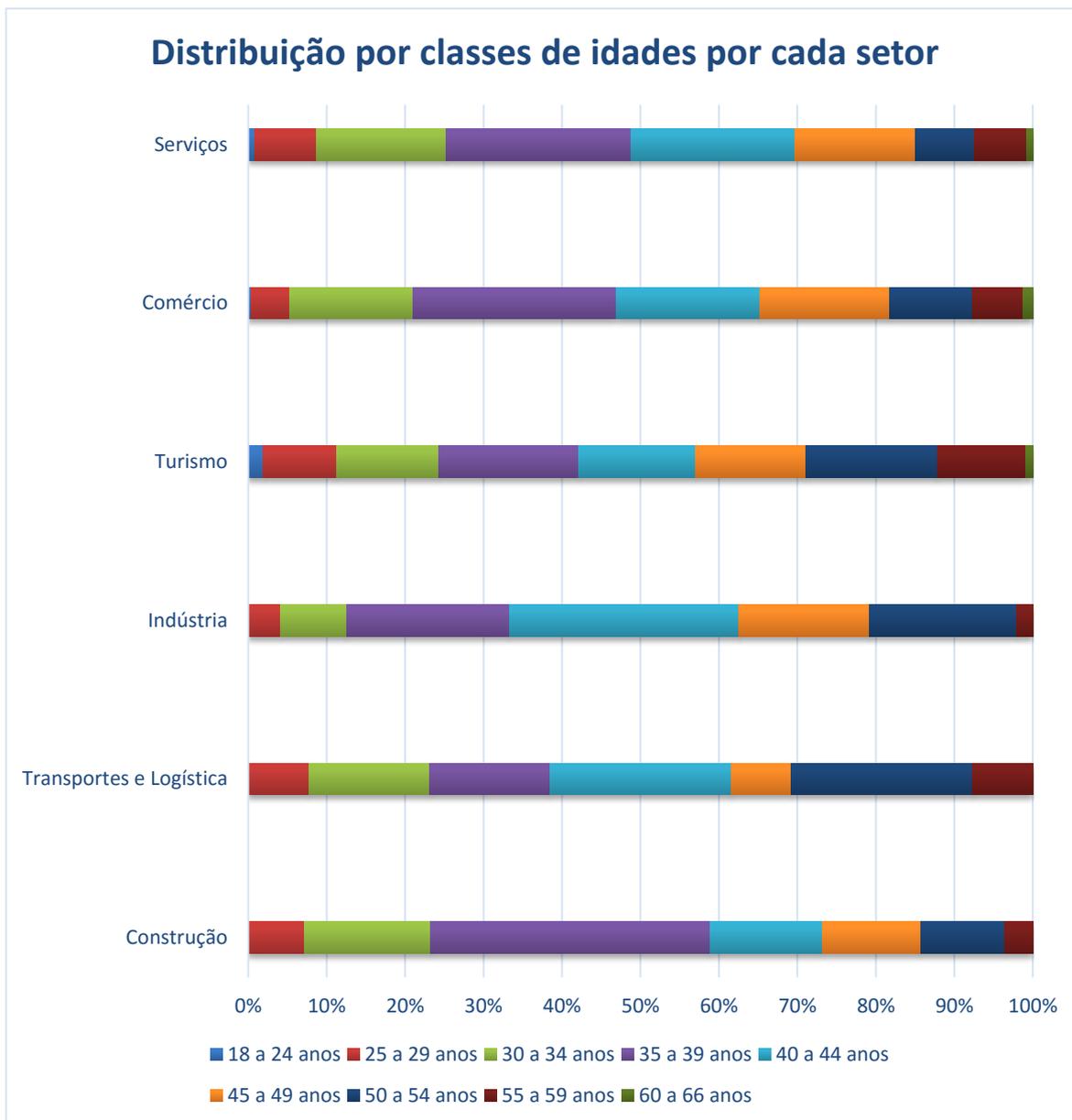
Fazendo um estudo relacionando os setores emergentes com as idades dos promotores, verifica-se:

- No setor dos Serviços, este apresenta na sua grande maioria promotores com idades compreendidas entre os 35 e 39 anos (23,62%), seguido de perto pela classe de idades dos 40 a 44 anos e 30 a 34 anos, com 20,87% e os 16,54% respetivamente.
- O setor do Comércio é constituído na sua maioria com promotores com idades compreendidas entre os 35 e 39 anos (25,91%), logo seguido de promotores entre

os 40 e 44 anos (18,22%), correspondendo aos mesmos resultados do setor dos Serviços. No Comércio a classe de idades entre os 45 e 49 anos atingem os 16,60%, fixando-se como a terceira classe de idades mais frequente.

- No setor do Turismo, contrariamente aos setores analisados atrás, verifica-se uma distribuição por idades mais homogênea isto é, não existe uma classe de idades que se destaque muito das restantes, apresentando todas elas percentagens bastante idênticas. Ainda assim, existe um maior peso da classe entre os 35 e os 39 anos (17,76%), logo seguida da classe entre os 50 e 54 anos (16,82%) e 40 e 44 anos (14,95%).
- O setor da Indústria é constituído na sua maioria por promotores com idades compreendidas entre os 40 e 44 anos (29,17%). As restantes classes de idades apresentam percentagens muito próximas, sendo que 35 a 39 anos e 50 a 54 anos são, respetivamente, a segunda e terceira idade mais frequente, com 20,83% e 18,75% cada uma.
- O setor dos Transportes e Logística é o setor que apresenta menor número de candidaturas, pelo que os dados neste parâmetro não são propícios para a retirada de resultados muito concretos, dado o volume de dados distribuído pelas classes de idades ser muito similar entre todos. Destaque apenas para as classes de 50 a 54 anos e 40 a 44 anos, que apresentam um número ligeiramente superior às restantes classes de idades.
- O setor da Construção é composto na sua larga maioria por promotores entre os 35 e 39 anos, representando cerca de 35,71% das amostras deste setor. Com uma distância considerável surgem depois os promotores com idades compreendidas entre os 30 a 34 anos (16,07%) e 40 a 44 anos (14,29%).

Gráfico 13 - Distribuição por classes de idades em cada setor



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos no SIEF

Fazendo agora uma análise quanto à percentagem de aprovações por cada setor, verifica-se que a distribuição por despacho não varia muito de setor para setor. Ainda assim, os setores que apresentam poucos processos podem enviesar os resultados. Por exemplo, o setor dos Transportes e Logística com apenas 13 Processos apresenta uma percentagem de “Arquivados” bastantes superior a todos os restantes, superando mesmo a barreira dos 20%, o mesmo correspondendo à percentagem de “Indeferimentos”, com uma percentagem superior a 15%, quando nos restantes 5 setores a percentagem nesta

componente não vai além dos 3%. A tabela abaixo dá uma perspetiva mais global destes resultados.

Tabela 4 - Tipos de despacho por cada setor

Setor	Tipo de despacho				Total
	Aprovados	Arquivados	Indeferidos	Pendentes	
Construção	57,14% (32)	7,14% (4)	0,00% (0)	35,71% (20)	56 Processos
Comércio	59,11% (146)	2,21% (16)	0,69% (5)	11,03% (80)	247 Processos
Indústria	54,17% (26)	2,08% (1)	0,00% (0)	43,75% (21)	48 Processos
Serviços	62,99% (160)	3,94% (10)	2,76% (7)	30,31% (77)	254 Processos
Transportes e Logística	53,85% (7)	23,08% (3)	15,38% (2)	7,69% (1)	13 Processos
Turismo	58,88% (63)	8,41% (9)	1,87% (2)	30,84% (33)	107 Processos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos no SIEF

Seção D- Análise e Interpretação dos Resultados

Através dos resultados acima expostos, verifica-se que grande parte dos empreendedores é do género masculino. Tendo ainda em consideração que o número de desempregados do género masculino é inferior ao número de desempregados do género feminino, seria expectável que existissem maiores quantidades de candidaturas provenientes do género feminino. Com base neste conjunto de dados, pode-se considerar que os homens têm, por natureza, características psicológicas que mais se aproximam de um perfil empreendedor, muito provavelmente por influência de características pessoais, culturais e por estereótipos associados à criação do próprio emprego.

Relativamente à distribuição dos promotores por classe de idades, extrai-se a informação de que a classe que apresenta mais promotores é entre os 35 e 39 anos (24,14%), seguida dos 40 a 44 anos (19,17%). Apenas 0,69% da amostra eram candidaturas de jovens empreendedores, com idades entre os 18 e os 24 anos. Estes resultados mostram que quase a totalidade dos promotores concorre ao Programa de Criação do Próprio Emprego depois de adquirir largos anos de experiência de trabalho, a maioria dos quais na área em que se estão a candidatar. Ao longo destes anos de experiência adquirem e desenvolvem conhecimentos humanos, técnicos e profissionais que, à partida, lhes permitem conhecer e desenvolver o seu próprio negócio, apresentando um projeto com viabilidade económico-financeira. A média de idades dos promotores fixou-se em 41,2 anos, que permite também concluir que muitos destes promotores provêm de uma situação de desemprego involuntário mas que contudo, dada a pouca oferta de trabalho existente, sentem-se ainda capazes de criar valor no mercado, com a criação do próprio negócio.

No que às habilitações académicas diz respeito, o 12º ano (Ensino Secundário) é o que apresenta maiores valores, seguido do 9º Ano (Ensino Básico) e da Licenciatura. Estes resultados mostram que não só as pessoas com estudos superiores como também as pessoas com menos habilitações académicas interessam-se em lançar o seu negócio e abraçar novos desafios. São muitos os promotores que recorrem a entidades externas (ou a amigos da área) para planificar o seu plano de negócios, contudo há também imensos

promotores que são os próprios a ter essa iniciativa. Isto para referir que uma pessoa com um nível de habilitação académica mais baixa não está impossibilitada de criar o seu plano de negócios. Se mostrar muito empenho, dedicação, convicção e uma ideia e estratégia de negócio bem definida tem todos os dados lançados para retirar muitos sucessos com o seu empreendimento.

Ao nível dos tipos de despacho a que são sujeitos estes projetos, verifica-se que estes têm quatro situações distintas (“Aprovado”, “Pendente”, “Arquivado” e “Indeferido”). Devido ao facto de, por defeito, ao criar-se um novo processo surgir neste campo a informação “Pendente” (e a informação neste parâmetro só ser alterada para “Aprovado” ou “Indeferido” quando existe uma decisão superior sobre o processo, sendo “Aprovado” em caso de decisão favorável e “Indeferido” em caso de decisão desfavorável), leva a que o número de processos em estado “Pendente” seja algo elevado, cerca de 32% da amostra. Contudo, existe uma taxa de aprovação de financiamento dos planos de negócios bastante alta, na ordem dos 60%, o que não deixa de ser um facto muito satisfatório. Se a esta percentagem acrescentarmos mais alguns dos processos que ainda se encontram “Pendentes”, este valor poderá passar, com alguma facilidade, a barreira dos 70% de processos aprovados. Somente 8,14% da amostra resulta de projetos “Indeferidos” ou “Arquivados”, sendo que a sua percentagem poderá ser superior, com alguns destes encontrando-se ainda em estado “Pendente”. Estes resultados mostram que quando um promotor realiza uma candidatura ao PAECPE, na maioria das vezes tem um plano e estratégia de negócio convincentes, satisfatoriamente justificados, e capazes o suficiente para enfrentar as incertezas do futuro, daí a taxa de aprovação ser tão alta.

Em relação ao número de postos de trabalho a criar, a larga maioria dos processos tem o objetivo de criar somente 1 posto de trabalho (85% da amostra), que é o posto de trabalho do promotor a tempo inteiro, e que o Decreto-lei do Programa exige como elemento obrigatório.

Relativamente à Natureza Jurídica a adotar, é notório que há uma clara preferência por parte dos promotores em adotar um regime de Empresário em Nome

Individual (69,66%), existindo como alternativas a este a constituição de uma Sociedade por Quotas e uma Sociedade Unipessoal por quotas.

Quanto ao estudo por setores, com o auxílio do CAE é possível efetuar esta mesma distribuição. Sem grande surpresa os setores dos Serviços e do Comércio são os mais frequentes representando praticamente 70% das candidaturas recebidas, dado que também apresentam um maior leque de atividades a si associadas. Em sentido oposto encontra-se o setor dos Transportes e Logística, apenas com 1,79% da amostra total.

No setor dos Serviços, a área com maior número de projetos são as “Outras atividades de serviço pessoais” com 32 candidaturas, onde estão incluídos nesta os salões de cabeleireiros, os institutos de beleza, os serviços de manicure e pédicure, entre outros. Esta área apresenta um grande número de projetos de negócio dada a existência no mercado de tantos cursos profissionais (alguns deles da autoridade do IEF, IP), orientado sobretudo para o público feminino desempregado. Destaque também para a “Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados” apresentando um total de 28 candidaturas. Nesta área estão englobados todos os serviços relacionados com a agricultura, uma atividade que tem estado em largo crescimento nos últimos anos, e é vista como uma boa alternativa para a saída do desemprego. De seguida surgem as “Atividades jurídicas e de contabilidade” com 27 candidaturas, “Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas” com 18 e as “Atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão” com 17 candidaturas, todas estas áreas ligadas ao apoio administrativos e de gestão das empresas.

Relativamente ao setor do Comércio, há um destaque absoluto para o “Comércio a retalho” com 172 candidaturas, sendo este bastante extenso e abrangente. Por outro lado, o “Comércio por grosso” corresponde a uma percentagem pouco superior a 20% de candidaturas deste setor, enquanto o “Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos” detém apenas 10,12% da amostra total do setor do Comércio.

Relativamente às áreas de atividade, tem-se resultados semelhantes aos resultados obtidos no estudo por setores, com predominância das Atividades de Serviços e Atividade Comercial, seguido da Atividade Hoteleira.

Nos setores emergentes por género, verifica-se que no género masculino há um grande peso do setor do Comércio e dos Serviços, respetivamente. Muito curiosamente neste mesmo género o Turismo assume uma importância maior que a Construção afirmando-se como o 3º setor mais usual (13,50%), seguido da Construção (11,39%). No género feminino, o setor dos Serviços adquire maior importância comparativamente com o público masculino, seguido do Comércio e do Turismo (que adquiriu também um maior relevo). Contudo o setor dos Transportes e Logística assim como a Construção têm valores praticamente nulos, como seria expectável. Os resultados desta análise vêm comprovar o senso comum: o Comércio e os Serviços são os setores mais frequentes em ambos os géneros dada a grande abrangência de atividades a si associadas. Por outro lado, no género masculino e ao contrário de há alguns anos atrás, a Construção já não é vista como um bom recurso para a constituição do próprio emprego. Em sentido inverso o setor do Turismo ganha maior notoriedade e vai adquirindo uma maior importância face à Construção. No que diz respeito ao setor dos Transportes e Logística, estes adquirem a menor importância dos seis setores em estudo, sendo que no público masculino tem uma percentagem residual e no feminino é mesmo nulo. O Setor Industrial fica-se com percentagens baixas em ambos os géneros, não sendo praticamente diferenciável no género masculino e feminino.

Focando agora um pouco ao nível das habilitações académicas nos vários setores, verifica-se que nos Serviços a maior parcela dos promotores detém a Licenciatura, seguido do 12º Ano. Quanto aos restantes setores (com exceção da Construção), constata-se que todos eles – Comércio, Turismo, Transportes e Logística e Indústria – apresentam um maior número de processos de promotores detentores do 12º Ano, do 9º Ano e até do 6º Ano comparativamente com o número de processos de promotores licenciados. Ao nível da Construção, apesar da maior percentagem pertencer a promotores com 6º Ano, existem muitos promotores com estudo superior (sobretudo Mestrado). Conclui-se que em todos os setores há maior tendência para que a percentagem de promotores detentores do 12º, 9º e 6º Anos seja superior aos promotores com estudos superiores, com exceção para os Setores dos Serviços e Construção.

Os concelhos com maior número de processos são, como seria de esperar, os concelhos com maior número de desempregados. Contudo, os cinco concelhos que se revelam mais empreendedores¹⁴ (tendo em consideração o número médio de desempregados inscritos e o número de candidaturas) são curiosamente todos eles concelhos não muito grandes, com número médio de desempregados inferior a 500, e praticamente todos pertencentes ao interior do território nacional (com exceção da Batalha). Em sentido contrário, os cinco concelhos que se revelaram menos empreendedores¹⁵ não têm uma dimensão homogénea (três deles têm uma média de desempregados inscritos inferior a 400/mês, e os outros dois têm uma média mensal superior a 900). A juntar a isto, ainda conclui-se que não há uma distinção evidente entre os concelhos do interior e litoral: três destes cinco concelhos estão situados no interior do território nacional (Penalva do Castelo, Alvaiázere e Vila Nova de Poiares), e os restantes dois mais próximos do litoral (Porto de Mós e Ovar). Os dados desta componente levam a concluir que nos concelhos do interior de Portugal ao existirem menos empresas (logo menos concorrentes), os desempregados sentem que há oportunidade no mercado para abrirem o seu próprio negócio. Por isso estes resultados indicam que o pensamento popular de que o interior do território nacional está envelhecido, sem alma e espírito empreendedor revela-se incorreto.

No seguimento do pensamento anterior, os resultados obtidos por distrito acabam por confirmar que o interior de Portugal mostra-se mais ativo na criação do próprio emprego. Todos os distritos que revelam-se mais empreendedores *per capita* (número de desempregados inscritos por número de candidaturas recebidas) são do interior do país (Castelo Branco, Guarda e Viseu), com uma percentagem bem superior face a distritos litorais (Aveiro, Coimbra e Leiria). Com estes resultados constata-se que nos distritos do litoral, ao existirem mais empresas (logo mais concorrência), a população desempregada apresenta maior receio em abrir o seu próprio negócio, dado a competitividade empresarial nestes locais ser superior face ao registado no interior de Portugal.

¹⁴ Como foi referido atrás foram os concelhos de Celorico da Beira, Batalha, Vouzela, Figueiró dos Vinhos e Pinhel, respetivamente.

¹⁵ Penalva do Castelo, Alvaiázere, Vila Nova de Poiares, Porto de Mós e Ovar.

Fazendo agora uma análise dos setores emergentes por distrito, verifica-se que em Aveiro, os Serviços e o Comércio têm valores muito semelhantes, mas há uma percentagem de candidaturas ligadas à Indústria muito superior face aos restantes distritos. Já em Castelo Branco, para além dos dois setores tradicionais – Serviços e Comércio – o destaque vai também a Construção, existindo um bom leque de candidaturas para a formação de empresas ligadas a este ramo de atividade. Em Coimbra e Viseu, o número de candidaturas ligadas aos Serviços e ao Comércio destacam-se face aos restantes setores, mitigando-os. No que ao distrito da Guarda diz respeito, para além dos setores tradicionais Serviços e Comércio, existe um grande número de candidaturas pertencentes ao setor do Turismo comparativamente com os restantes distritos. Finalmente em Leiria existe uma grande distribuição similar pelos cinco setores: Serviços, Comércio, Turismo, Indústria e Construção.

Em relação à distribuição das idades por setores, observa-se:

- Nos Serviços, no Comércio e na Construção há uma maior percentagem de promotores entre os 35 a 39 anos, seguido por promotores entre os 40 a 44 anos e, finalmente promotores entre os 30 a 34 anos; Significa isto que estes setores estão ligados a promotores de média idade, com alguma experiência de trabalho onde, ao longo desses anos, adquiriram conhecimentos e competências suficientes para abrir o seu próprio negócio.
- No Turismo estamos perante uma distribuição das classes de idades mais homogénea, onde não existe uma só classe que se destaque de todas as restantes, mas sim várias classes com percentagem muito semelhantes entre elas. Este setor caracteriza-se assim por ser transversal às diversas classes de idades, mostrando-se um setor apetecível tanto para os promotores com mais experiência como para os mais jovens.
- Na Indústria e nos Transportes e Logística, existe um grande peso dos promotores com idades entre os 40 e 44 anos, assim como dos 35 a 39 anos e, surpreendentemente, dos 50 a 54 anos (nos Transportes e Logística é mesmo a 2ª Classe mais frequente). Destes resultados obtém-se a conclusão que estes setores são tradicionalmente opção de promotores com mais experiência, onde detêm já

alguns contactos estabelecidos resultantes de largos anos em que desempenharam funções em empresas do mesmo ramo de atividade.

Finalmente em relação ao tipo de despacho por setor é possível observar que mais de 50% dos processos são aprovados em cada um destes, sendo que nos Serviços este valor ultrapassa mesmo os 60%. Dado que se encontram muitos processos em estado "Pendente", a percentagem de aprovados prevê-se que seja claramente superior à atual, independentemente do setor de que se esteja a fazer referência. Verifica-se ainda que a percentagem de indeferidos é extremamente baixa, apresentando valores ainda mais reduzidos que o número de processos arquivados.

Capítulo IV- Conclusão

Esta investigação consistiu na análise das candidaturas recebidas e analisadas pelo IEFP, Delegação Regional do Centro e teve como principais objetivos a identificação de um conjunto de características relativas não só ao promotor como também ao próprio negócio. Alguns resultados do estudo aqui presente vêm confirmar as expectativas iniciais, como por exemplo o facto de, no género masculino, o setor da Construção estar em recessão de há alguns anos até à atualidade, havendo como alternativa a emergência de setores como o do Turismo, que conseguiu mesmo superar o número de candidaturas face ao setor atrás referido. Outros resultados aqui presentes neste relatório vêm comprovar que a perspetiva que se tem, por vezes, nem sempre se revela a mais correta, como por exemplo afirmar que o interior de Portugal está envelhecido, sem iniciativa empreendedora e que, portanto, o surgimento de novas empresas nestes locais é bastante reduzido. Como vimos atrás, alguns dos concelhos mais a interior do território nacional acabam mesmo por se revelarem os mais empreendedores, tendo em consideração o número de candidaturas à criação do próprio emprego e a média do número de desempregados inscritos por concelho. Estes resultados refletem-se, conseqüentemente nos resultados em cada um dos distritos, revelando-se mais empreendedores os distritos do interior face aos distritos do litoral.

De uma forma global, apesar do grande volume de dados envolvidos nesta investigação (725 candidaturas) e de não ter sido possível efetuar a exportação para um programa que permitisse o seu tratamento e estudo de uma forma mais rápida e eficaz (revelando-se um processo demasiado trabalhoso e demoroso), pode-se considerar que os resultados desta investigação atingiram os objetivos inicialmente delineados. Com isto, pode-se considerar extremamente positivo o produto final obtido, dado terem-se retirado um conjunto de boas conclusões com os dados disponibilizados pelo IEFP.

Apesar de tudo, deixo em aberto sugestões para complementar e melhorar esta investigação feita por mim, desde logo expandindo a análise de candidaturas ao PAECPE a todo o território nacional, de modo a ser possível retirar conclusões envolvendo todo o país, de Norte a Sul e não apenas na Região Centro. Outro possível e desafiante desafio

seria analisar um conjunto de projetos de negócio com maior dimensão temporal, por exemplo envolvendo dois, três ou quatro anos (neste estudo tive como período de análise cerca de 16 meses) e até quem sabe, conseguir obter uma tendência nos resultados obtidos, em algumas variáveis com o decorrer dos anos. Uma investigação também ela interessante de se fazer seria identificar quais as maiores dificuldades que estes promotores, provenientes do desemprego, enfrentam na implementação dos seus planos de negócio. Este estudo envolveria um trabalho de campo, sobretudo ao nível de entrevistas com os empreendedores, identificando as maiores dificuldades que estes enfrentaram na constituição do seu negócio. A partir desta recolha, seria possível identificar quais os pontos que podem ser melhorados a fim de aumentar o sucesso de novos empreendimentos desta natureza.

Concluo desta forma este relatório, com a certeza que o estágio curricular no IEFP, Delegação Regional do Centro acabou por ser a escolha acertada e revelou-se, sem sombra de dúvidas, uma boa surpresa, proporcionando-me momentos de crescimento e aprendizagem tanto a nível pessoal como profissional, com experiências e pessoas únicas, que me marcaram e que irão permanecer para toda a minha vida.

Lista de Referências Bibliográficas

- A instituição do IEFP.* (Março de 2016). Obtido de Estrutura, atribuições e ética do IEFP:
<https://www.iefp.pt/instituicao>
- A origem, a história e a atualidade do IEFP.* (Março de 2016). Obtido de História do IEFP:
<https://www.iefp.pt/historia>
- Ahmad, N., & Hoffmann, A. (2008). *A Framework for Addressing and Measuring Entrepreneurship*. OECD. Organisation for Economic Co-operation and Development.
- AIRO, A. (2012). *Manual Empreendedorismo Social uma abordagem sistémica*. Caldas da Rainha: AIRO (Associação Industrial da Região do Oeste) e IPL (Instituto Politécnico de Leiria).
- Aldrich, H. (1999). *Organizations evolving*. London: Sage.
- Audretsch, D. B. (2004). Sustaining Innovation and Growth: Public Policy Support for Industry innovation. *11, No. 3*, pp. 167-191.
- Baron, J., Hannan, M., & Burton, M. (1999). Building the iron cage: Determinants of managerial intensity in the early years of organizations. *American Sociological Review, 64*, 527-548.
- Burns, T., & Stalker, G. (1961). *The management of innovation*. London: Tavistock.
- Cabrita, A. (2010). *Criar sucesso em negócios inteligentes*. Vida Económica.
- Caliento, M., & Kritikos, A. S. (2009). Start-ups by the unemployed: characteristics, survival and direct employment effects. *Small Business Econ, 71-92*.
- Cameron, K., & Quinn, R. (1983). Organizational life cycle and shifting criteria of effectiveness: Some preliminary evidence. *Management Science, 29*, pp. 33-51.
- Campeonato nacional de profissões.* (Maio de 2016). Obtido de Campeonato nacional de profissões, parceria do IEFP: <https://worldskillsportugal.iefp.pt/>
- Casson, M. C. (1982). *The Entrepreneur. An Economic Theory*. Oxford: Martin Robertson.
- Churchill, N., & Lewis, V. (May-June de 1983). Growing Concerns: The five stages of small business growth. *Harvard Business Review*, pp. 30-50.
- Correia, S. M. (2013). *Empreendedorismo Cultural: o Arquivo visto sob o objetivo de incubadora cultural/criativa*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Distribuição geográfica dos Centros de Emprego. (Abril de 2016). Obtido de Rede de Serviços do IEFP: <https://www.iefp.pt/en/redecentros>

Dornelas, J. C. (Abril/Junho de 2004). Empreendedorismo corporativo: conceitos e aplicações. *Revista de Negócios, Blumenau*, pp. 81-90.

Drucker, P. F. (1986). *Inovação e Espírito Empreendedor: Prática e Princípios*. São Paulo: Pioneira.

Empreendedorismo. (Março de 2016). Obtido de Medidas de apoio ao empreendedorismo e criação do próprio emprego: <https://www.iefp.pt/empreendedorismo>

Europeias, C. d. (2003). Recomendação da Comissão 2003/361/CE, de 6 de Maio de 2003. *Jornal Oficial da União Europeia*, 36-41.

Europeias, C. d. (2006). *Comunicação da comissão ao conselho, ao parlamento europeu, ao comité económico e social europeu e ao comité das regiões*. Bruxelas.

Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2007). *Classificação Portuguesa das Actividades Económicas Rev.3*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

ISCTE-IUL; SPI Ventures. (2012). *GEM PORTUGAL 2012 - Estudo sobre o Empreendedorismo*. Lisboa: GEM.

Kelley, D., Singer, S., & Herrington, M. (2016). *2015/16 Global Report*. Global Entrepreneurship Monitor.

Mintzberg, H. (1979). *The structuring of organizations*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

Oliveira, J. B. (2014). *A Estratégia e o Empreendedorismo: O Caso de uma Microempresa*. Relatório de Estágio de Mestrado . Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Peroni, C., Riillo, C. A., & Sarracino, F. (2016). Entrepreneurship and immigration: evidence from GEM Luxembourg. *Small Business Economics*, 639.

Portela, J., Hespanha, P., Nogueira, C., Teixeira, M., & Baptista, A. (2008). *Microempreendedorismo em Portugal. Experiências e Perspectivas*. Lisboa: INSCOOP – Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.

Publicações estatísticas. (Março de 2016). Obtido de Dados estatísticos de desemprego registado mensalmente: <https://www.iefp.pt/estatisticas>

- Schmidt, M., & Bohnenberger, M. (2009). *Perfil Empreendedor e Desempenho Organizacional*. RAC, Curitiba, 450-467.
- Schumpeter, J. A. (1934). *The Theory of Economic Development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Sine, W. D., Mitsuhashi, H., & Kirsch, D. A. (2006). Revisiting burns and stalker: formal structure and new venture performance in emerging economic sectors. *Academy of Management Journal*, 49, No1, 121-132.
- Sine, W., & David, R. (2003). Environmental jolts, institutional change, and the creation of entrepreneurial opportunity in the U.S. electric power industry. *Research Policy*, 32, 185-207.
- Stinchcombe, A. (1965). Social structure and organizations. Em *Handbook of organizations* (pp. 142-193). Chicago: Rand McNally.
- Storey, D. J. (2003). Entrepreneurship, small and medium sized entrepreneurship and public. Em A. Zoltan J, & D. Audretsch, *Handbook of Entrepreneurship Research* (pp. 473-511). London: Kluwer Academic Publishers.

Legislação

PAECPE:

Portaria n.º 985/2009, de 4 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Portaria n.º 58/2011, de 28 de janeiro, Portaria n.º 95/2012, de 4 de abril e Portaria n.º 157/2015, de 28 de maio;

Despacho n.º 7131/2011, de 11 de maio (definição do procedimento aplicável ao pagamento por uma só vez do montante global das prestações de desemprego);

Manual de procedimentos: Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego - Anexo 2 à Circular Normativa n.º 27/2009, de 8 de setembro (aplicável aos projetos apresentados a partir de 29 de janeiro de 2011).

Investe Jovem:

Portaria n.º 151/2014, de 30 de julho.

Código de Procedimento Administrativo:

Decreto-Lei 442/91, 15 novembro, com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas legais: Declaração de Retificação 265/91, 31 dezembro; Declaração de Retificação 22-A/92, 29 fevereiro; Decreto-Lei 6/96, 31 janeiro; Acórdão TC 118/97, 24 abril.

CAE:

Regulamento do (CE) nº 1893/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro de 2006.

Anexos e apêndices

Anexo I- Concelhos abrangidos por cada Centro de Emprego

Tabela 5 - Distribuição de cada concelho nos Centros de Emprego

Centros	Concelhos
CTEF de Águeda	Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga
CTEF de Coimbra	Cantanhede, Coimbra, Condeixa, Mealhada, Mortágua, Penacova
CTEF de Castelo Branco	Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Vila Velha de Ródão
CTEF de Aveiro	Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Ovar, Vagos
CTEF de Leiria	Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal, Porto de Mós
CTEF de Viseu	Aguiar da Beira, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Sátão, Vila Nova de Paiva, Viseu
CTEF da Guarda	Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal, Seia, Trancoso
CTEF do Pinhal Interior Norte	Arganil, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penela, Tábua, Vila Nova de Poiares
CTE da Covilhã	Belmonte, Covilhã, Fundão
CTE da Figueira da Foz	Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho, Soure
CTE de Dão-Lafões	Carregal do Sal, Castro Daire, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Tondela, Vouzela

Anexo II- Divisão dos setores dos Serviços e do Comércio

Tabela 6 - Setor dos Serviços dividido pelos CAE's e as suas percentagens na amostra

Divisão CAE	Designação	Nº de Processos	%
1	Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	28	11,02%
2	Silvicultura e exploração florestal	14	5,51%
3	Pesca e aquicultura	0	0,00%
36	Captação, tratamento e distribuição de água	0	0,00%
37	Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais	0	0,00%
38	Recolha, tratamento e eliminação de resíduos; valorização de materiais	2	0,79%
39	Descontaminação e atividades similares	0	0,00%
58	Atividades de edição	1	0,39%
59	Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música	1	0,39%
60	Atividades de rádio e televisão	1	0,39%
61	Telecomunicações	3	1,18%
62	Consultoria e programação informática e atividades relacionadas	7	2,76%
63	Atividades dos serviços de informação	0	0,00%
64	Atividades de serviços financeiros, exceto seguros e fundos de pensões	1	0,39%
65	Seguros, Resseguros e fundos de pensões, exceto SS obrigatória	0	0,00%
66	Atividades auxiliares de serviços financeiros	10	3,94%

	e dos seguros		
68	Atividades imobiliárias	8	3,15%
69	Atividades jurídicas e de contabilidade	27	10,63%
70	Atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão	17	6,69%
71	Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins; atividades de ensaios e de análises técnicas	9	3,54%
72	Atividades de investigação científica e de desenvolvimento	0	0,00%
73	Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião	2	0,79%
74	Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e afins	15	5,91%
75	Atividades veterinárias	1	0,39%
77	Atividades de aluguer	0	0,00%
78	Atividades de emprego	1	0,39%
80	Atividades de investigação e segurança	0	0,00%
81	Atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins	6	2,36%
82	Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	18	7,09%
84	Administração Pública e Defesa; Segurança Social obrigatória	0	0,00%
85	Educação	14	5,51%
86	Atividades de saúde humana	15	5,91%
87	Atividades de apoio social com alojamento	3	1,18%
88	Atividades de apoio social sem alojamento	1	0,39%
90	Atividades de teatro, de música, de dança e	0	0,00%

outras atividades artísticas e literárias			
91	Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	5	1,97%
94	Atividades das organizações associativas	0	0,00%
95	Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico	12	4,72%
96	Outras atividades de serviços pessoais	32	12,60%
97	Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico	0	0,00%
98	Atividades de produção de bens e serviços pelas famílias para uso próprio	0	0,00%
99	Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0,00%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos e no CAE

Tabela 7 - Setor do Comércio dividido pelo CAE's e as suas percentagens na amostra

Divisão CAE	Designação	Nº de Processos	%
45	Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	25	10,12%
46	Comércio por grosso, exceto de veículos automóveis e motociclos	50	20,24%
47	Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	172	69,64%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos e no CAE

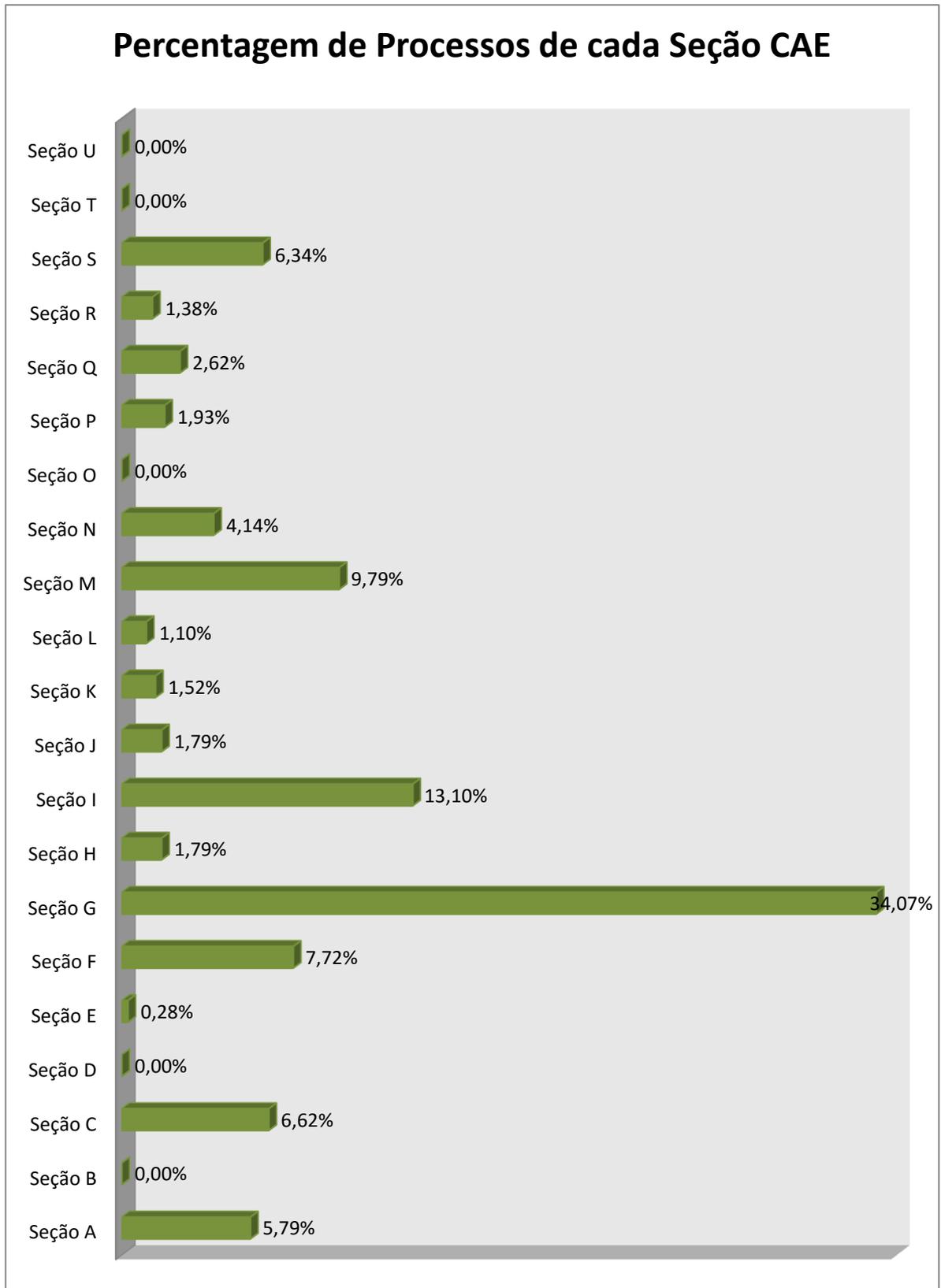
Anexo III- Seções do CAE e as suas distribuições na amostra

Tabela 8 - Seções do CAE

Seção A	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
Seção B	Indústrias Extrativas
Seção C	Indústrias Transformadoras
Seção D	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
Seção E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento gestão de resíduos e despoluição
Seção F	Construção
Seção G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos
Seção H	Transportes e armazenagem
Seção I	Alojamento, restauração e similares
Seção J	Atividades de informação e de comunicação
Seção K	Atividades financeiras e de seguros
Seção L	Atividades Imobiliárias
Seção M	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
Seção N	Atividades administrativas e dos serviços de apoio
Seção O	Administração pública e defesa; Segurança social obrigatória
Seção P	Educação
Seção Q	Atividades de saúde humana e apoio social
Seção R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
Seção S	Outras atividades de serviços
Seção T	Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio
Seção U	Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Fonte: Elaboração própria com base no CAE

Gráfico 14 - Percentagens dos processos inerentes a cada uma das secções do CAE



Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos no SIEF

Anexo IV- Número de desempregados e de candidaturas por Concelho

Tabela 9 - Empreendedorismo *Per Capita* por Concelho

Concelho	Número de Desempregados Médio por Mês	Nº de Candidaturas	% Emp. <i>Per Capita</i>
Águeda	1959	17	0,868%
Aguiar da Beira*	200	0	0,000%*
Albergaria-a-Velha	1038	8	0,771%
Almeida*	174	4	2,299%*
Alvaiázere	302	0	0,00%
Anadia	1064	8	0,752%
Ansião	613	5	0,816%
Arganil	499	4	0,802%
Aveiro	3831	38	0,992%
Batalha	484	11	2,273%
Belmonte	421	3	0,713%
Cantanhede	1263	12	0,950%
Carregal do Sal	490	4	0,816%
Castanheira de Pera*	198	0	0,000%*
Castelo Branco	2762	35	1,267%
Castro Daire	791	8	1,011%
Celorico da Beira	404	11	2,723%
Coimbra	6984	76	1,088%
Condeixa-a-Nova	628	6	0,955%
Covilhã	3036	29	0,955%
Estarreja	1188	9	0,758%
Figueira da Foz	3396	19	0,559%
Figueira de Castelo Rodrigo*	241	9	3,734%*
Figueiró dos Vinhos	369	8	2,168%

Fornos de Algodres*	194	1	0,515%*
Fundão	1581	16	1,012%
Góis*	178	2	1,124%*
Gouveia	571	6	1,051%
Guarda	2022	30	1,484%
Idanha-a-Nova	443	4	0,903%
Ílhavo	1834	13	0,709%
Leiria	4653	42	0,903%
Lousã	819	5	0,611%
Mangualde	1043	5	0,479%
Manteigas*	222	5	2,252%*
Marinha Grande	1702	20	1,175%
Mealhada	719	11	1,530%
Meda*	113	1	0,885%*
Mira	585	5	0,855%
Miranda do Corvo	513	7	1,365%
Montemor-o-Velho	1257	6	0,477%
Mortágua	273	3	1,099%
Murtosa	387	5	1,292%
Nelas	627	7	1,116%
Oleiros*	163	1	0,613%*
Oliveira de Frades	373	4	1,072%
Oliveira do Bairro	833	5	0,600%
Oliveira do Hospital	1015	15	1,478%
Ovar	3367	13	0,386%
Pampilhosa da Serra*	133	1	0,752%*
Pedrógão Grande*	184	0	0,000%*
Penacova	511	4	0,783%
Penalva do Castelo	399	0	0,000%

Penamacor*	202	1	0,495%*
Penela*	208	1	0,481%*
Pinhel	289	6	2,076%
Pombal	1845	14	0,759%
Porto de Mós	909	3	0,330%
Proença-a-Nova*	243	1	0,412%*
Sabugal	370	6	1,622%
Santa Comba Dão	510	3	0,588%
São Pedro do Sul	781	4	0,512%
Sátão	668	6	0,898%
Seia	1079	13	1,205%
Sever do Vouga	488	3	0,615%
Soure	694	4	0,576%
Tábua	554	3	0,542%
Tondela	885	10	1,130%
Trancoso	280	3	1,071%
Vagos	714	5	0,700%
Vila Nova de Paiva	285	2	0,702%
Vila Nova de Poiares	348	1	0,287%
Vilha Velha de Ródão*	88	0	0,000%*
Viseu	5252	63	1,200%
Vouzela	400	9	2,250%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos no SIEF

Nota: *Concelhos que apresentam média de desempregados mensal inferior a 250 pessoas e que por isso, não entram para a contagem dos concelhos mais e menos empreendedores.

Tabela 10 – Os 5 Concelhos Mais Empreendedores

Concelho	Número de Desempregados Médio por Mês	Nº de Candidaturas	% Emp. Per Capita
Celorico da Beira	404	11	2,723%
Batalha	484	11	2,273%
Vouzela	400	9	2,250%
Figueiró dos Vinhos	369	8	2,168%
Pinhel	289	6	2,076%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos no SIEF

Tabela 11 - Os 5 Concelhos Menos Empreendedores

Concelho	Número de Desempregados Médio por Mês	Nº de Candidaturas	% Emp. Per Capita
Penalva do Castelo	399	0	0,000%
Alvaiázere	302	0	0,00%
Vila Nova de Poiães	348	1	0,287%
Porto de Mós	909	3	0,330%
Ovar	3367	13	0,386%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos no SIEF

Anexo V- Número de desempregados e de candidaturas por Distrito

Tabela 12 - Empreendedorismo *Per Capita* por Distrito*

Distrito	Número de Desempregados Médio por Mês	Nº de Candidaturas	% Emp. <i>Per Capita</i>
Aveiro	17421	136	0,781%
Castelo Branco	8940	90	1,007%
Coimbra	19586	171	0,873%
Guarda	6161	95	1,542%
Leiria	11259	103	0,915%
Viseu	12778	128	1,002%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos no SIEF

Nota: *Foram omitidas duas candidaturas (Arcozelo e Cascais) referentes a candidaturas correspondentes a outros distritos nacionais.